



Centro Universitário de Brasília
Instituto CEUB de Pesquisa e Desenvolvimento - ICPD

ANE CLÁUDIA DE OLIVEIRA CAVALCANTI

***A RAPOSA E OS OVOS E AJARDINAR A ESPERANÇA:
IDEOLOGIA E ARGUMENTAÇÃO.***

Brasília - DF
2006

ANE CLÁUDIA DE OLIVEIRA CAVALCANTI

***A RAPOSA E OS OVOS E AJARDINAR A ESPERANÇA:
IDEOLOGIA E ARGUMENTAÇÃO.***

Monografia apresentada ao Centro Universitário de Brasília (UNICEUB/ICPD), como pré-requisito para a obtenção de Certificado de Conclusão de Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Língua Portuguesa, Texto e Discurso.

Orientadora: Professora M.Sc. Maria Aparecida Silva de Abreu.

**Brasília - DF
2006**

Ao meu filho, Arthur Vinicius.

Agradecimentos.

Agradeço à Professora Mestre Maria Aparecida Silva de Abreu a sabedoria traduzida em conhecimento e gentileza na orientação para a monografia.

Agradeço ao meu marido, Fábio, o incentivo e o apoio; à minha mãe, Maria, as horas de dedicação no cuidado prestado ao meu filho, Arthur Vinicius; a minha irmã, Leine, a crítica ponderada.

Agradeço ao meu filho, Arthur Vinicius, a alegria proporcionada por seu nascimento, vertida em inspiração.

Agradeço a Deus a oportunidade do curso.

RESUMO

O presente trabalho é uma análise da construção dos sentidos nos artigos *A raposa e os ovos* e *Ajardinar a esperança*, de Frei Betto. Pretende-se investigar como se constrói a argumentação do autor por meio das marcas lingüísticas da ideologia deixadas nos textos. Objetiva-se também analisar de que maneira tais marcas, bem como o contexto sócio-histórico de produção dos textos, atuam na reconstrução pelo leitor de possíveis sentidos, efetivando-se a (inter)ação autor-leitor-texto. Na interação verbal, o autor de um texto seleciona, consciente ou inconscientemente, os recursos disponíveis na língua que melhor materializam lingüisticamente o argumento com que deseja influenciar o leitor em determinada direção, ou seja, convencê-lo de suas idéias. O leitor, por sua vez, com base em sua bagagem lingüístico-histórica, a partir das marcas lingüísticas deixadas pelo autor, também consciente ou inconscientemente, reconstrói sentidos vários. A análise cuidadosa de um texto, com o reconhecimento de marcas lingüísticas do autor, pode desvelar ideologias e desmistificar a neutralidade da linguagem. Assim, em *A raposa e os ovos* e em *Ajardinar a esperança*, é possível identificar a ação político-ideológica do autor *na e pela* linguagem.

Palavras-chave: 1. Argumentação; 2. Ideologia; 3. Construção dos sentidos.

ABSTRACT

This present paper is an analysis of the meanings construction in the articles *A raposa e os ovos* and *Ajardinar a esperança*, by Frei Betto. I intend to investigate how the author's argumentation is built by means of linguistic marks of the ideology left in the texts. I also mean to analyze how such marks, as well as the socio-historical context of the text production, act on the reconstruction by the reader of the possible meanings, enabling the (inter)action author-reader-text. In the verbal interaction, the author of a text selects, consciously or unconsciously, the available resources of the language that best linguistically materialize the argument with which he or she desires to influence the reader towards some direction, that is, convincing them of his or her ideas. The reader, in turn, based on his or her linguistic-historical background, and from the linguistic marks left by the author, can also consciously or unconsciously reconstruct many of those meanings. The careful analysis of a text, with the awareness of the author's linguistic marks, can reveal ideologies and demystify language neutrality. Thus, in *A raposa e os ovos* and in *Ajardinar a esperança*, it is possible to identify the political-ideological action of the author *on* and *through* language.

Key words: 1. Argumentation; 2. Ideology; 3. Meaning construction.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	1
2 IDEOLOGIA, ARGUMENTAÇÃO E CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO	4
2.1 Texto e discurso.....	5
2.2 Texto, sentido e interpretação.....	5
2.3 Discurso e ideologia	6
2.4 Condições de produção do discurso	7
2.4.1 Formação discursiva e formação ideológica	8
2.4.2 Sujeito.....	9
2.4.3 Contexto sócio-histórico de produção	11
2.4.4 Interdiscurso	12
2.5 Intertextualidade	12
2.6 Metáfora	14
3 ANÁLISE DO <i>CORPUS</i>	15
3.1 A argumentação em <i>A raposa e os ovos</i>	15
3.2 A argumentação em <i>Ajardinar a esperança</i>	29
3.3 A relação ideológica entre <i>A raposa e os ovos</i> e <i>Ajardinar a esperança</i>	50
4 CONCLUSÃO.....	55
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	57
ANEXOS.....	58
Anexo 1	59
Anexo 2	60

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é uma análise da construção dos sentidos nos artigos *A raposa e os ovos* (anexo 1) e *Ajardinar a esperança* (anexo 2), de Frei Betto. Objetiva-se investigar, por meio das marcas lingüísticas da ideologia presentes nesses textos, como se constrói a argumentação do autor e também analisar essas marcas por ele deixadas como elementos de retomada pelo leitor para reconstruir os sentidos dos referidos artigos, efetivando-se a (inter)ação autor-leitor-texto. Pretende-se, ainda, desvendar a relação da escolha do gênero, em *A raposa e os ovos*, e do estilo, em *Ajardinar a esperança*, com a intencionalidade do autor.

Será tomada como fundamento a Análise do Discurso (AD), teoria que associa os aspectos lingüísticos e sócio-históricos do discurso e enfoca a relação da linguagem com a ideologia, considerando a formação discursiva e a formação ideológica, conceitos que busca em Foucault e Althusser, respectivamente. Também se tomará como base a Semântica da significação, no que tange à construção dos sentidos pelo sujeito. Para construir os sentidos, ele alia a historicidade da linguagem, sua própria historicidade e o contexto de interação lingüística.

O estudo da linguagem voltado para a interação social trouxe a compreensão de que não existe ação verbal destituída de intencionalidade, de ideologia, de argumentatividade (cf. KOCH, 2000), pois o interlocutor, no ato comunicativo, ainda que inconscientemente, direciona seu discurso ao *outro*, com vistas a conseguir adesão às suas idéias e conclusões e a obter atitudes responsivas (cf. ORLANDI, 1996).

A par da idéia de que não existe neutralidade na linguagem e de que a língua é o instrumento que oferece as possibilidades para que se construam sentidos no discurso, ou seja,

para que se desenvolva o processo discursivo – ideológico por natureza –, torna-se fundamental adotar uma postura reflexiva quanto ao uso da linguagem. Nessa perspectiva, analisar criticamente o discurso ganha importância no cotidiano das relações e atividades humanas.

A leitura crítica de textos como *A raposa e os ovos* e *Ajardinar a esperança*, de Frei Betto, pode contribuir para a conscientização de que o discurso é moldado por ideologias e constitui-se como palco para a luta social. Desvendar as marcas lingüísticas da ideologia em textos é uma oportunidade de revelar relações de poder existentes na sociedade e de construir uma consciência crítica a respeito do papel da linguagem não só na reprodução das práticas sociais e das ideologias, mas também na transformação social. Pode-se considerar, por exemplo, que os dois artigos em questão guardam relações de significação e mantêm, na linguagem utilizada, uma argumentação ideológica semelhante, apesar do diferente contexto sócio-histórico de produção em que foram escritos.

O estudo dos recursos lingüísticos de *A raposa e os ovos* e *Ajardinar a esperança* e das condições de sua produção – o contexto sócio-histórico e ideológico –, aliado à identificação do interdiscurso que une os dois textos em significação, poderá permitir o embasamento para a interpretação desses textos, entre as diferentes interpretações possíveis.

Portanto, como já mencionado, constitui o **objetivo geral** deste trabalho investigar, por meio das marcas lingüísticas da ideologia deixadas nos textos, como se constrói a argumentação do autor nos artigos *A raposa e os ovos* e *Ajardinar a esperança*, de Frei Betto. Os **objetivos específicos** são encontrar nesses textos marcas lingüísticas da ideologia na argumentação do autor e analisá-las como elementos de retomada do leitor para reconstruir os sentidos e estabelecer a (inter)ação autor-leitor-texto.

Para melhor atingir tais objetivos, este trabalho está dividido em capítulos e subseções, entre os quais figura a Introdução como primeiro capítulo e a Conclusão como quarto. O

segundo capítulo lança os fundamentos teóricos que norteiam a pesquisa; o terceiro está dividido em três subseções, sob os títulos “A argumentação em *A raposa e os ovos*”, “A argumentação em *Ajardinar a esperança*” e “A relação ideológica entre *A raposa e os ovos* e *Ajardinar a esperança*”, que constituem, respectivamente, a análise da construção dos sentidos em *A raposa e os ovos*, a análise da construção dos sentidos em *Ajardinar a esperança* e a análise da relação de sentidos que pode ser estabelecida entre os dois artigos.

IDEOLOGIA, ARGUMENTAÇÃO E CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO

Este capítulo consiste na apresentação dos fundamentos teóricos da monografia. Todo texto é ideológico e argumentativo por natureza. Partindo-se dessa premissa, para proceder à análise da construção dos sentidos de *A raposa e os ovos* e *Ajardinar a esperança* e atender aos objetivos deste trabalho, faz-se necessário abordar conceitos que se relacionam à ideologia e à argumentação e que constituem a chave da pesquisa que se fará nos referidos artigos, à luz da Análise do Discurso e da Semântica discursiva, respectivamente.

O capítulo se subdivide nas seguintes seções: Texto e discurso; Texto, sentido e interpretação; Discurso e ideologia; Formação discursiva e formação ideológica; Condições de produção e interdiscurso; Intertextualidade; Metáfora. A seção Condições de produção e interdiscurso se subdivide nas seguintes subseções: Sujeito; Contexto sócio-histórico de produção; Interdiscurso.

Para a Análise do Discurso, uma das teorias em que se assenta esta pesquisa, o estudo de um texto abrange a análise dos recursos lingüísticos envolvidos nos mecanismos do processo discursivo-ideológico de sua produção e de sua leitura. Desse modo, entende-se por recursos lingüísticos o campo de possibilidades de uso da língua pelo autor para formular seu texto verbal. O processo discursivo-ideológico é a origem e a base *da e para a* construção dos sentidos de um texto . Brandão (2004, p. 42) afirma: “[...] se processo discursivo é produção de sentido, discurso passa a ser o espaço em que emergem as significações”.

2.1 Texto e discurso

O texto, para a AD, é um recorte discursivo que apresenta um conjunto de relações de significação, passíveis de interpretação – ou de compreensão (cf. ORLANDI, 2005) –, que são afetadas pela historicidade, pelas suas próprias condições de produção e pelos sujeitos nele constituídos. No texto, entram em conflito o sujeito-autor e os leitores virtuais (cf. ORLANDI, 1996).

O discurso não é uma unidade, mas uma dispersão de textos, uma prática da linguagem, um processo em curso (ORLANDI, 2005, p. 71). É o lugar em que o saber institucional e o poder se juntam, numa relação que envolve luta de classes, estratégias de ação e reação, de dominação e subordinação. Esse é o espaço em que aquilo que se diz significa também de acordo com o que não se diz, o lugar social do qual o sujeito diz e é dito conforme outros discursos anteriores e até posteriores.

2.2 Texto, sentido e interpretação

O texto, embora apresente começo, meio e fim, caracteriza-se por sua incompletude em termos de sentido (ORLANDI, 2005, p. 52), já que são os interlocutores – autor e leitor – que constroem a significação no espaço discursivo que estabelecem. Os interlocutores não lidam, na prática, com um sentido único, fixo, senão ilusoriamente. O sentido é construído historicamente “na relação do sujeito com a língua” (ORLANDI, 2005, p. 52) e depende das condições de produção do texto e de sua leitura.

Na verdade, o texto permite diferentes leituras, que podem complementar-se, dependendo da percepção do leitor. Quanto a essa leitura polissêmica, que atribui múltiplos sentidos ao texto, Orlandi (1996, p. 85) afirma:

(...) é ainda do contexto histórico-social que deriva a pluralidade possível – e desejável – das leituras.

Quando me refiro à pluralidade das leituras não estou pensando apenas na leitura de vários textos, mas, sobretudo, na possibilidade de se ler um mesmo texto de várias maneiras. Este é um aspecto fundamental do processo de significação que a leitura estabelece.

O sentido literal é, portanto, ilusório, embora o sujeito tenha a impressão da transparência da linguagem. Ou seja, não há uma relação entre palavra e coisa. Aquilo que se diz significa em determinadas condições, conforme o saber discursivo, a experiência de vida, a formação discursiva e ideológica dos interlocutores.

Interpretar é submeter-se, ao mesmo tempo, a duas forças determinantes do sentido: a memória institucional, resultante do trabalho social sobre a linguagem; e o interdiscurso, que é a memória discursiva, o trabalho histórico da constituição dos sentidos (ORLANDI, 2005, p. 48). A memória discursiva (interdiscurso) diz respeito aos sentidos já formulados no decorrer da história, os quais constituem possibilidade de uso e são retomados pelo sujeito. A historicidade do texto é o resultado do trabalho dos sentidos nele (cf. ORLANDI, 2005, p. 68).

2.3 Discurso e ideologia

A relação entre ideologia e discurso ocupa posição central para a AD, por ser o discurso o lugar em que o conflito ideológico se manifesta materialmente (cf. BRANDÃO, 2004). Orlandi (2005, p. 46) afirma que é a ideologia a condição para que o sujeito e os sentidos se constituam. A ideologia trabalha, fazendo com que o sujeito da linguagem seja o sujeito socialmente constituído.

Althusser (1996, p. 105) – autor em quem Pêcheux, o fundador da Análise do Discurso, baseia-se para criar a expressão “formação ideológica” –, em *Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado*, estabelece, como sua tese central, que “a ideologia interpela indivíduos

como sujeitos”, ou seja, que a categoria de sujeito é constituída *na e pela* ideologia. O indivíduo, segundo ele, é sempre já sujeito, antes mesmo de nascer, por estar inserido numa configuração ideológica familiar. Pelo reconhecimento ideológico de que é um sujeito concreto, único, insubstituível – ou seja, pela ideologia –, o indivíduo age conforme as práticas estabelecidas pelo aparelho ideológico que escolheu livre e conscientemente como sujeito (Ibid, p. 129) e do qual derivam suas crenças. Dessa forma, para Althusser (op. cit., p. 131), “não existe prática, a não ser através de uma ideologia, e dentro dela”, e “não existe ideologia, exceto pelo sujeito e para sujeitos”.

O trabalho de interpretação é ideológico por natureza, pois a ideologia interpela o indivíduo como sujeito, levando-o a se identificar com grupos ou classes em dadas formações discursivas e a se posicionar socialmente pelos discursos que as determina, desempenhando funções discursivas, como as de produzir textos e interpretá-los. Esse processo de interpelação do sujeito chama-se assujeitamento ideológico. As palavras de Althusser são consideradas neste trabalho, embora se entenda que o sujeito do discurso é sujeito *a* discursos, mas também sujeito *de* discursos. Ele é sujeito *a* discursos e ideologias, por ser interpelado, e sujeito *de*, porque pode fazer certas escolhas, ainda que não totalmente conscientes.

2.4 Condições de produção do discurso

As condições de produção abrangem, além da formação discursiva e ideológica, o sujeito, o contexto imediato da enunciação, o contexto sócio-histórico de produção e também dizem respeito à memória discursiva ou interdiscurso, conforme se expõe a seguir.

2.4.1 Formação discursiva e formação ideológica

A definição de formação discursiva tem relação com a de formação ideológica. Segundo Brandão (2004, p. 107), “os textos que fazem parte de uma formação discursiva remetem a uma mesma formação ideológica” e um “mesmo texto pode aparecer em formações discursivas diferentes”, caso em que ocorre variações de sentido. Em um mesmo texto, aparecem discursos diferentes, desse modo, ele pode ser parte de formações discursivas e ideológicas distintas, que mantêm entre si certas relações.

Formação ideológica é o conjunto de posições políticas e ideológicas organizadas conforme as relações de conflito, aliança e dominação estabelecidas entre as classes sociais (BRANDÃO, 2004, p. 47), e formação discursiva é “aquilo que numa formação ideológica dada – ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada – determina o que pode e deve ser dito” (ORLANDI, 2005, p. 43).

Os sentidos se constituem *na* e *pela* formação discursiva na qual o material lingüístico se insere. As “formações discursivas, por sua vez, representam no discurso as formações ideológicas” (ORLANDI, 2005, p. 43).

Em um texto, podem aparecer diferentes formações discursivas – embora várias vezes uma se sobreponha às demais – e diferentes posições de sujeito. Tanto as formações discursivas quanto as posições de sujeito são definidas ideologicamente.

Em *Ajardinar a esperança*, percebe-se a formação discursiva do meio religioso, do qual Frei Betto fez parte e herdou saberes. Daí a menção ao Antigo Testamento, ao Jardim do Éden, à Terra Prometida, a Javé, aos profetas, a Moisés, bem como o uso de expressões como “tempos bíblicos”, “grãos plantados no caminho acidentado”, e “só haverá colheita se desde agora se cuidar, delicada e anonimamente, da sementeira”, numa referência à parábola da sementeira, atribuída a Jesus Cristo no Novo Testamento.

Também se mostram, no referido texto, discursos referentes a uma formação discursiva de militante da Esquerda política, na qual o sujeito-autor se insere e da qual resgata sentidos. Ele acessa, por exemplo, a memória discursiva da tortura que houve durante a ditadura militar no Brasil: “horror”, “gritos”, “a pele toda se arrepia”, “esgarçado”, “berros estridentes”, “acuado por uma ameaça próxima”, “não há saída”, “da sala de tortura, saio morto ou quebrado”, “mercadejando a informação em troca de uma sobrevivência indigna”, “aliciamento”, “não tenho escapatória”, “começa a tortura”.

2.4.2 Sujeito

Para a AD, o indivíduo, ao produzir textos – verbais ou visuais –, é social, histórica e ideologicamente constituído em sujeito *no* e *pelo* discurso e determinado pelo inconsciente. Segundo Orlandi (2005, p. 48), é “a ideologia que faz com que com haja sujeitos”.

Pela interpelação ideológica, o sujeito se torna sujeito de um discurso e se enquadra em um processo de esquecimento da historicidade da língua, considera-se a origem do dizer e cria a ilusão da evidência do sentido e da transparência da linguagem, embora, na prática, retome sentidos preexistentes para reproduzi-los ou alterá-los. Outro esquecimento a que o sujeito se submete é aquele que diz respeito à escolha, no momento da enunciação, de um modo de dizer em vez de outro, entre famílias parafrásticas, o que produz variação de sentidos.

O sujeito também está inserido numa relação de forças socialmente constituídas e que se materializam no discurso. Essa relação diz respeito ao lugar de onde ele fala e para quem fala. Isso interfere no modo como suas palavras significam e no valor que elas adquirem para seu interlocutor.

O indivíduo se posiciona como sujeito para desempenhar determinada função social. Uma função que se destaca no trabalho de produção de textos é a de autoria: o sujeito do discurso se faz sujeito-autor e posiciona-se discursiva e socialmente como responsável pelo que diz. Ele assume seu papel de autor e imprime no texto suas intenções, sua argumentatividade. A função-autor é identificável em qualquer texto, até mesmo naqueles sem autoria expressa. O autor deixa suas marcas no texto e é por meio dessas marcas que ele é identificável.

A contrapartida da função-autor na produção de textos é a função-leitor na interpretação ou na (re)construção dos sentidos. Todo leitor executa discursivamente a função-leitor, ou seja, está também submetido ao caráter histórico-social e ideológico da linguagem e atribui sentidos a um texto segundo a historicidade da linguagem, seu conhecimento de mundo, sua formação discursiva e ideológica.

O indivíduo Frei Betto, interpelado pela ideologia, escreve e faz-se sujeito-autor de *A raposa e os ovos* e *Ajardinar a esperança*. Há também, nesses textos, um eu-textual, que se configura, algumas vezes, como o próprio sujeito do discurso, visando a atingir, principalmente, determinados grupos de leitores, que Frei Betto deseja influenciar com sua argumentação. Para isso, ele conta também com sua capacidade de antecipar-se aos leitores e de escolher a melhor maneira de convencê-los de suas idéias, por meio dos recursos lingüísticos de que dispõe. Um desses recursos é, por exemplo, o gênero escolhido para *A raposa e os ovos*, a pergunta retórica em *Ajardinar a esperança*, o léxico, a metáfora, a intertextualidade nos dois textos etc.

Diz Orlandi (2005, p. 40) a respeito do jogo entre sujeito-autor e sujeito-leitor no processo de construção dos sentidos:

É pois todo um jogo imaginário que preside a troca de palavras. E se fazemos intervir a antecipação, este jogo fica ainda mais complexo pois incluirá: a imagem

que o locutor faz da imagem que seu interlocutor faz dele, a imagem que o interlocutor faz da imagem que ele faz do objeto do discurso e assim por diante.

O sujeito-autor de *A raposa e os ovos* e *Ajardinar a esperança*, que remete ao indivíduo Frei Betto (e que, portanto, algumas vezes é chamado de Frei Betto, neste estudo), a partir da posição em que se instala no discurso “diz” para leitores imaginários ou virtuais (cf. ORLANDI, 1996), imprimindo sentidos que podem ser recuperados ou não pelo leitor. Essa posição da qual fala o autor é aquela em que ele se instala no discurso e é resultante da projeção ideológica e histórica do lugar social que o indivíduo Frei Betto ocupa e que garante autoridade ao sujeito-autor desses artigos para dizer o que diz, do modo que diz. Da mesma forma, o sujeito-leitor, também interpelado pela ideologia, com base na imagem que formula do autor, no conhecimento que tem das condições de produção do texto e na sua memória discursiva, é capaz ou não de recuperar esses sentidos e de construir outros.

2.4.3 Contexto sócio-histórico de produção

O contexto sócio-histórico de produção dos discursos engloba os acontecimentos políticos, econômicos e sociais que interferem na produção dos sentidos de um texto. O artigo *A raposa e os ovos* foi escrito em 21 de junho de 2002, ano em que se realizaria a eleição presidencial, para a qual Lula se fez candidato da Oposição, prometendo promover mudanças sociais e econômicas que beneficiariam as classes operárias, as mais sacrificadas com as políticas econômicas adotadas por presidentes anteriores. A publicação do artigo *Ajardinar a esperança* coincide com a época da divulgação, nos principais jornais brasileiros, da denúncia de corrupção no governo Lula. Esses fatos fazem parte, portanto, do contexto sócio-histórico de produção desses textos e se constituem elementos a serem resgatados pelo leitor no momento da leitura. Os leitores virtuais construídos no texto pelo autor também são relacionados a cada um desses momentos histórico-sociais brasileiros e é com eles que o

sujeito leitor entra em conflito (cf. ORLANDI, 2005) para (re)produzir os sentidos dos dois artigos.

2.4.4 Interdiscurso

Interdiscurso é tudo o que já foi dito e esquecido e que, resgatado pelo sujeito, produz sentido em situações discursivas novas, sem que necessariamente se tenha consciência daquelas pelas quais se construíram efeitos de sentido anteriormente. Trata-se do saber discursivo disponibilizado pela historicidade da linguagem, das “filiações de sentido constituídas em outros dizeres”, (ORLANDI, 2005, p. 32), as quais o sujeito acessa, reproduzindo-as total ou parcialmente – sem perceber que não é a origem delas, submetido que está ao esquecimento pelo trabalho da ideologia e do inconsciente – ou até mesmo rompendo com elas e criando novas relações de sentido, no jogo entre a paráfrase e a polissemia, típico do funcionamento da linguagem. É pelo interdiscurso que os discursos se relacionam com outros discursos passados, presentes e futuros.

2.5 Intertextualidade

A intertextualidade diz respeito à inserção implícita e explícita de textos (intertextos) que fazem parte da memória coletiva ou da memória discursiva de quem escreve em outros textos. Ela pode ser entendida como um diálogo entre textos, sem prejuízo da interdiscursividade. A intertextualidade pode ser considerada marca de interdiscursividade.

A intertextualidade explícita ocorre quando há menção da fonte do intertexto, como nas citações. A intertextualidade é implícita quando não existe essa menção. Ela se dá pela alteração do texto-fonte, com o intuito de confirmar sua argumentação, de rejeitá-la ou mesmo

de ridicularizá-la, segundo Koch (2004, p. 146), podendo resultar em paráfrases, em paródias ou em enunciados com valor irônico.

Pode-se afirmar, portanto, que a intertextualidade é um recurso argumentativo, usado pelo autor para que o leitor (re)construa sentidos a partir delas. Em *A raposa e os ovos* (anexo 1, linha 15), por exemplo, o autor faz uma clara inserção de intertextualidade, ao dizer “A raposa [...] que se havia transformado na poderosa **galinha dos ovos de ouro** (grifo meu). Título de uma fábula de Esopo, a expressão grifada, que já faz parte da memória social, é popularmente usada para referir-se a algo de grande valor e pode ser considerada uma marca lingüística que evidencia a crítica do autor ao ex-presidente Fernando Collor de Mello, representado no texto pela raposa.

Nas linhas 22 e 23 desse artigo, a expressão “que se estava assando um enorme bolo que, mais tarde, seria dividido e cada um receberia sua fatia”, além de remeter à história da galinha ruiva, pode ser interpretada como uma paráfrase do lema de Delfim Netto “fazer o bolo crescer para depois dividir”. A inserção da intertextualidade, nesse caso, constitui uma marca lingüística que liga o leitão da história à figura de Delfim Netto. Desse modo, o leitor pode contextualizar política e historicamente as ações narradas, relacionando-as ao período em que Delfim Netto era Ministro.

Percebe-se que a intertextualidade em *A raposa e os ovos* é um componente fundamental, que funciona como indicação do caminho que o leitor deve seguir, para a reconstrução dos sentidos. Ela é usada pelo autor para induzir o leitor a fazer a ligação do contexto da fábula com o da política, mais especificamente, com o contexto das eleições, a fim de convencê-lo a escolher como candidato à Presidência da República o representante dos carneiros e das galinhas, no caso, o Lula. Em *Ajardinar a esperança*, a intertextualidade também está presente, e sua função argumentativa será exposta no Capítulo 3, na subseção “A argumentação em *Ajardinar a esperança*”.

2.6 Metáfora

O uso metafórico da linguagem pode ocorrer tanto pelo estabelecimento de relações de significação inéditas, quanto pela reiteração de metáforas já codificadas pela comunidade lingüística. No primeiro caso, o autor rompe com um sentido socialmente reconhecido e constrói outro para dado contexto; no segundo, reproduz sentidos metafóricos que já são lugares-comuns. Nos dois casos, a construção metafórica dos sentidos envolve a componente histórico-ideológica e discursiva dos interlocutores. Assim, autor e leitor, por compartilharem uma memória textual coletiva e se inserirem numa mesma formação discursiva, podem confluír para uma transposição de sentidos coincidente, a qual constitui a forma de criação da metáfora.

Para alguns estudiosos da Análise do Discurso, a metáfora está na base da construção da significação. Segundo Pêcheux (apud ORLANDI, 2005), não há sentido sem metáfora, sem transferência de significação entre palavras e expressões dentro de uma formação discursiva. O efeito metafórico, para esses autores, é um fenômeno semântico de deslizamento do sentido pela ocorrência de uma substituição contextual. Neste trabalho, ressalta-se essa visão contextualizada da metáfora.

ANÁLISE DO CORPUS

Este capítulo consiste na análise dos efeitos e da construção dos sentidos nos textos que constituem o *corpus* deste trabalho, abordando o uso metafórico da linguagem, as marcas lexicais dos possíveis contextos políticos e econômicos narrados em cada texto e as marcas lingüísticas da intenção crítica do autor e dos leitores-virtuais. Para isso, foi subdividido em três seções: a primeira trata do processo de argumentação em *A raposa e os ovos* (artigo transcrito no anexo 1), a segunda, da argumentação em *Ajardinar a esperança*, e a terceira faz uma inter-relação entre os discursos dos dois artigos e a ideologia que tramita de modo semelhante em ambos.

3.1 A argumentação em *A raposa e os ovos*

Ao escrever, o sujeito na função de autor deixa marcas de sua ideologia, de sua posição histórico-social e política, de sua intenção. Como se poderá constatar na análise do texto, é possível entender *A raposa e os ovos* como uma crítica a determinados governos e políticas econômicas adotadas no País até a data de sua publicação, 21 de junho de 2002, e como uma sugestão à população brasileira sobre como proceder quanto à escolha de seu novo governante, já que, em outubro de 2002, teria de eleger pelo voto o Presidente da República.

Em *A raposa e os ovos*, a argumentação e a ideologia do autor podem ser percebidas no gênero discursivo utilizado; na escolha do léxico; no uso metafórico da linguagem; na intertextualidade; na remissão, por paráfrase, a textos inseridos na memória discursiva do leitor (interdiscurso). É o caso, por exemplo, do lema de Delfim Netto na época em que era

Ministro da ditadura militar, e também de outras fábulas, como *A galinha ruiva* e *A raposa e as uvas*, aos quais se remete o artigo em questão.

Frei Betto parece ter escolhido o gênero “fábula” para escrever a favor da eleição de Lula para Presidente da República, candidato do Partido dos Trabalhadores, que integra os partidos da Esquerda política no Brasil, porque é contando histórias que o povo, normalmente, diz o que pensa. Além disso, as fábulas são caracterizadas por serem histórias que ilustram preceitos. No final desses textos, é comum ser exposta a “moral da história”. A moral, nesse gênero discursivo, se configura então por ser um ensinamento sobre o que se deve e o que não se deve fazer em dadas circunstâncias. Aproveitando a forma característica de tal gênero – que, em muitos casos, narra a ação de animais-personagens como seres humanos e que apresenta como desfecho um preceito moral –, o autor parece expressar sua visão crítica sobre a ação de determinadas personalidades políticas, como o ex-Presidente Fernando Collor (raposa) e o ex-Ministro Delfim Netto (leitão), conforme se pode entrever pelas marcas lingüísticas deixadas.

Pode-se entender, pelas marcas lingüísticas, que o autor buscou induzir o leitor a escolher para Presidente da República, em outubro de 2002, ano em que o artigo foi escrito e publicado, o candidato que julgava mais adequado. No caso, Lula. Luiz Inácio Lula da Silva é socialmente oriundo da classe trabalhadora, ou seja, daquela que até então, na visão da Esquerda política, havia sido explorada e enganada – como as galinhas e os carneiros na fábula –, por políticos que sempre prometeram mudança social e nunca a realizaram. Frei Betto parece ter argumentado política e ideologicamente para sugerir à população brasileira que evitasse votar em políticos oportunistas, como Fernando Collor de Mello. Na leitura feita aqui, segundo uma possível (re)construção dos sentidos, Collor seria a raposa da fábula.

Esta atribuição de sentidos ao artigo, atrelada ao contexto político do País, torna-se possível também com base no conhecimento do leitor sobre o engajamento político do sujeito-

autor, Frei Betto, e de sua luta pelas causas sociais: na época em que *A raposa e os ovos* foi escrita, ele era militante da Oposição. Essa informação integra o conjunto de elementos que constituem as condições sócio-históricas de produção. Tal informação contribui para que se direcione a leitura do referido artigo para uma visão sociopolítica, não obstante haver a possibilidade de outras leituras, conforme a historicidade de cada leitor, o lugar de onde ele fala, seu conhecimento de mundo, ou seja, sua formação discursiva e ideológica.

Outros fatores de contextualização dessa “fábula” que também servem de apoio para essa interpretação sociopolítica do texto são a data em que o texto foi escrito – 21 de junho de 2002, quatro meses antes da eleição presidencial –, e o sítio em que foi publicada – a agência de notícias Adital –, que tem como um de seus objetivos a divulgação do pensamento e das práticas de grupos, entidades, movimentos sociais e pessoas, na América Latina e Caribe, engajados em lutas sociais.

Em *A raposa e os ovos*, pode-se considerar que o autor tenha usado a linguagem metafórica como recurso de argumentação, para fazer uma abordagem sociopolítica. A linguagem metafórica permite que o leitor extrapole o plano da fábula, em que há a elucidação geral de comportamentos humanos por meio da ação de animais-personagens, e identifique neles figuras políticas que já fizeram parte do cenário político do Brasil e cujas ações foram prejudiciais ao povo brasileiro. Essa leitura pode ser feita a partir de marcas lexicais deixadas pelo autor no texto e que serão analisadas neste estudo.

Pode-se dizer que, em *A raposa e os ovos*, o uso metafórico da linguagem se dá de duas formas distintas e não-excludentes: pela reiteração de conceitos metafóricos presentes em outras fábulas ou textos e que fazem parte da memória discursiva do leitor; e pelas ligações estabelecidas entre o contexto da fábula e situações do mundo real, por meio do conhecimento de mundo do autor e do leitor. A seguir, descrevem-se as duas formas de uso metafórico, inseridas em pelo menos duas das três possibilidades de leitura identificadas, aqui,

para o texto *A raposa e os ovos*, tomando-se como base o que afirma Orlandi (1996, p. 85) quanto à leitura polissêmica de um texto, conforme citado na fundamentação teórica.

A primeira leitura possível é a da fábula em si, introduzida pela expressão “Era uma vez” seguida de “uma raposa”: o uso dessa expressão seguida do referido termo prepara o leitor para ler uma história de ficção em que os personagens são animais que agem como seres humanos – no caso, a raposa, as galinhas, os gaviões, os abutres e os carneiros – e cujo objetivo é dar uma lição de moral. Dependendo de seu conhecimento de mundo sobre o autor e sobre o contexto de produção do texto, o leitor só será capaz de chegar até esse nível de significação do texto.

A segunda é aquela em que “raposa”, “galinhas”, “gaviões”, “abutres”, “carneiros” não designam os animais propriamente ditos, mas uma qualidade que lhes é atribuída por semelhança de comportamento com o ser humano. Assim, “raposa” pode ser tomada como pessoa matreira, astuta; “gaviões”, como pessoas muito perspicazes; “abutres”, como indivíduos que desejam a morte de outrem, para se apossarem do que lhe pertence ou como pessoas desalmadas, atroz; “carneiros”, como pessoas de índole passiva, obedientes, que se deixam levar pelos outros. É importante lembrar que tais significados constam como sentido figurado no *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, ou seja, já constituíram metáforas em outros textos e permanecem como possibilidade de uso metafórico codificado pela comunidade lingüística. O sentido que pode ser atribuído a “galinhas”, por meio do processo de criação de metáfora acima mencionado – o princípio da semelhança de comportamento com o ser humano – é o mesmo de “carneiros”, ou seja, pessoas de índole passiva, obedientes, que se deixam levar pelos outros.

Também se relaciona o uso metafórico da linguagem a uma leitura sociopolítica do texto, que constitui o terceiro plano possível de interpretação. Vejamos, por exemplo, o que ocorre no trecho “Postou-se à porta do galinheiro e, prometendo preparar para o futuro uma

omelete que alimentaria a todos, tomou para si os ovos que, por medida de segurança, estavam distribuídos por diferentes cestas” (linhas 1 e 2). “Postou-se à porta do galinheiro” e “omelete”, bem como “ovos” e “cestas” são usados em sentido metafórico. No entanto, a criação dessas metáforas ocorre pela relação que se estabelece entre o evento descrito na fábula e o contexto da vida real que pode constituir a referência: o anúncio de Collor à população brasileira do plano de estabilização econômica de seu governo. Assim, “omelete” não significaria uma fritada de ovos bem batidos, mas a riqueza gerada com o desenvolvimento econômico; “ovos” significariam a renda resultante do trabalho e do capital; e “cestas”, os diferentes tipos de aplicações financeiras disponíveis nos bancos. Mostra-se, desde já, a contradição que se estabelece na idéia de as galinhas entregarem seus ovos para a raposa fazer uma omelete que alimentará a todos, inclusive elas mesmas. Essa contradição pode ser entendida como uma marca deixada pelo autor, para que o leitor extrapole o contexto da fábula e busque uma leitura sociopolítica do texto. Tratar-se-á disso em item à parte.

Por outro lado, os trechos “prometendo preparar para o futuro uma omelete” (linha 2) e “que, por medida de segurança, estavam distribuídos por diferentes cestas” (linha 3) – os quais se voltará a mencionar mais adiante – podem ser interpretados como a narração de acontecimentos passados: respectivamente, a promessa de Collor de garantir prosperidade no futuro, ou seja, de promover o desenvolvimento do País por meio da adoção de medidas econômicas drásticas – feitas em cem dias –, e a prática comum à parcela mais atenta da população, que detinha alguma renda na época do governo Collor (as galinhas que produziam muitos ovos), de distribuir o dinheiro em diferentes tipos de aplicações financeiras, por desconfiança, daí a expressão “por medida de segurança”, contra planos econômicos de governos anteriores e especialmente daquele que se iniciava. As expressões “postou-se à porta do galinheiro” e os lexemas “omelete”, “ovos” e “cestas” somente pelo recurso metafórico podem dar margem à leitura sociopolítica. O sentido de “alimentaria”, agregado ao de

“omelete” como riqueza gerada com o desenvolvimento econômico, pode ser o de “sustentar”.

No enunciado seguinte, “Muitas galinhas não se importaram, acreditando que também os ovos dos gaviões haviam sido seqüestrados” (linhas 4 e 5), a expressão “muitas (...) não se importaram, acreditando que também” pode ser uma referência ao fato de que alguns brasileiros continuaram apoiando Collor, mesmo depois das medidas adotadas.

As galinhas podem ser entendidas como o povo, os miúdos, os que não têm muito dinheiro. Já a palavra “gaviões” parece usada metaforicamente para designar os ricos, os marajás, os especuladores, os sonegadores, os corruptos, que Collor prometera atingir com a adoção do plano econômico ou, no caso dos dois últimos, punir, colocar na cadeia – a idéia de que Collor (raposa) não fez o que prometera está reforçada no trecho que se segue. O leitor, por seu conhecimento de mundo e por sua memória discursiva, fazendo uma leitura social e econômica do texto por meio da metáfora, pode resgatar o sentido de que os gaviões “voam alto” e têm “ovos” grandes, além de “caçarem” os filhotes dos outros bichos, inclusive os pintinhos, posicionados que estão, como “caçadores”, na cadeia alimentar ou, metaforicamente, na pirâmide social.

Em “deixaram-se inclusive convencer de que a raposa havia cortado as asas dos gaviões. Estes, precavidos, guardaram seus ovos em outras montanhas e, se tinham cedido algumas penas, era para que todos pensassem que haviam perdido as asas.” (linhas 6 e 7), a metáfora “cortar as asas” pode significar cercear a liberdade de alguém, reprimir, conter sua ação ou movimento, e a expressão metafórica “guardar em outras montanhas” pode constituir uma referência à atitude de alguns – os gaviões, ou seja, os ricos, os marajás, os especuladores, os sonegadores, os corruptos, cujas asas a raposa prometera cortar – que, tendo tomado conhecimento antecipadamente das medidas econômicas que seriam tomadas por Collor (raposa), precaveram-se, enviando boa parte do dinheiro para o exterior, diversificando

as aplicações, para que não ultrapassassem muito o limite acima do qual o dinheiro ficaria bloqueado, ou adquirindo bens, para diminuir o saldo da conta corrente e das aplicações financeiras.

Em “e, se tinham cedido algumas penas, era para que todos pensassem que haviam perdido as asas” (linhas 6 e 7), também nota-se o uso metafórico da linguagem. Esse trecho pode provocar o efeito de sentido de que os gaviões, que estavam em comum acordo com Collor, tiveram parte de seu dinheiro bloqueado, para que o povo pensasse que Collor havia cumprido sua promessa de atingir a todos com a medida econômica adotada, inclusive os ricos.

No terceiro parágrafo (linhas 19 e 20), a leitura sociopolítica ainda se mantém como possibilidade:

A raposa, entretanto, continuou assegurando que tudo corria às mil maravilhas. Claro, para ela que se havia transformado na poderosa galinha dos ovos de ouro, estava tudo bem, sobretudo depois que ela abriu as portas do galinheiro aos abutres de outras plagas. Estes conseguiram convencê-la de que poderiam modernizar o galinheiro, torná-lo mais produtivo, inclusive introduzindo galinhas mecânicas, desde que as verdadeiras galinhas fossem privadas da omelete e virassem canja para o banquete entre a raposa, os gaviões e os abutres.

O uso metafórico da linguagem também está presente em “abrir as portas do galinheiro aos abutres de outras plagas” (linha 16), que pode ter como referência a abertura da economia brasileira à concorrência mundial, com a redução abrupta das tarifas de importação. Dessa forma, “abrir as portas do galinheiro” pode significar abrir a economia; e “aos abutres de outras plagas”, ao mercado internacional, aos estrangeiros interessados em se apossar da riqueza dos brasileiros, adquirindo, por exemplo, as empresas brasileiras no processo de privatização incentivado por Collor.

A frase “modernizar o galinheiro, torná-lo mais produtivo, inclusive introduzindo galinhas mecânicas” (linhas 17 e 18) ainda pode relacionar-se à política econômica adotada por Collor em seu governo. Ele pretendia realizar no País uma revolução tecnológica,

alegando que a indústria brasileira era ineficiente, improdutiva e que o produto nacional era de baixa qualidade. Afirmava que os empresários, que estavam acostumados ao protecionismo, não mais se beneficiariam de incentivos fiscais, de barreiras alfandegárias e da política industrial e teriam de modernizar suas empresas para competir com o mercado global, senão estariam destinados à falência.

No quarto parágrafo, as metáforas são construídas tanto pelo instituto da semelhança quanto pela referência a uma situação política e econômica do Brasil. A palavra “leitão”, que tem como um de seus significados possíveis “porco novo”, é usada metaforicamente. Ela remete o leitor – por meio do critério da semelhança da constituição física¹ –, à figura de Delfim Netto, ex-Ministro da Economia nos governos Costa e Silva e Figueiredo, durante a ditadura militar.

O trecho “[...] de que se estava assando um enorme bolo que, mais tarde, seria dividido e cada um receberia sua fatia.” (linhas 22 e 23) diz respeito à política que Delfim Netto anunciava de fazer “crescer o bolo para depois dividi-lo”. A palavra “bolo” pode significar metaforicamente a riqueza do País. Como já se disse anteriormente, o termo “carneiros” pode referir-se a pessoas de índole passiva, obedientes, que se deixam levar pelos outros; no terceiro plano de leitura, pode significar o povo brasileiro, que, por sua índole passiva, obediente, foi submetido pelo ex-Ministro Delfim Netto – na fábula, correspondente ao “leitão” – ao sacrifício do arrocho salarial, “sob o pretexto” (linha 22) – palavras de Frei Betto – de que isso traria crescimento econômico ao País e de que a riqueza seria depois distribuída, como fatias de um bolo.

No entanto, como diz Frei Betto, a riqueza cresceu, mas o povo “tosquiado”, ou seja, explorado, não recebeu os benefícios dela e “passou a viver de esperanças”. O sentido da

¹ Semelhança já preconizada por outros e disseminada desde a época da ditadura militar, inclusive pela campanha da Caderneta de Poupança Apetrim, que tinha um cofrinho em formato de porco e era “estrelada” por Delfim Netto.

palavra “tosquiados” (linha 24), nesse contexto, pode ser “que sofreu processo de exploração, de esbulho”. Esse é um sentido metafórico dado a essa palavra e já consagrado pelo uso, que pode ser retomado pelo leitor devido à historicidade da linguagem.

Distinguem-se, em *A raposa e os ovos*, marcas lexicais que podem levar o leitor a sair do contexto fictício criado na fábula para o contexto político-econômico que se julga intencionalmente narrado. Na primeira e segunda linhas do texto, os verbos “jurou” e “prometendo” constituem indicadores lingüísticos de uma possível leitura sociopolítica, em que a situação narrada pode ser as promessas de campanha de Collor para Presidente da República e seu juramento na posse do cargo: “Era uma vez uma raposa que jurou dar proteção às galinhas. Postou-se à porta do galinheiro e, prometendo preparar para o futuro uma omelete que alimentaria a todos, tomou para si os ovos [...]”.

As frases “dar proteção às galinhas” e “preparar para o futuro uma omelete que alimentaria a todos” também são marcas lingüísticas que possibilitam tal interpretação, já que o chefe de Estado tem como encargo fazer cumprir as funções primordiais do Estado, que são a realização de políticas voltadas para a garantia de alimentação, de educação e de segurança para o povo. As palavras “proteção” e “omelete” encarregam-se de permitir essa leitura.

Destaca-se, na linha 4, o lexema “seqüestrados”, que permite que o leitor se remeta a manchetes e artigos de opinião escritos na época em que Collor instituiu seu plano econômico. A medida do confisco da poupança foi divulgada na mídia como “seqüestro da poupança”. O termo “seqüestrados” é uma marca lingüística que permite ao leitor atrelar a história narrada na fábula ao contexto político e econômico do País na época em que Collor lançou seu plano econômico, bem como identificar na raposa a figura do ex-Presidente Fernando Collor de Mello.

Percebe-se que as ações descritas pelos verbos usados pelo autor se aplicam coerente e metaforicamente aos personagens identificados no plano político de significação. Por

exemplo, em relação à raposa (Collor), “jurou”, “Postou-se”, “prometendo preparar”, “tomou para si” (primeiro parágrafo); “continuou assegurando”, “se havia transformado”, [...] abriu as portas do galinheiro aos abutres de outras plagas” (terceiro parágrafo). Quanto às ações das galinhas, que corresponderiam às do povo brasileiro, “muitas não se importaram, acreditando que também os ovos dos gaviões haviam sido seqüestrados”, “deixaram-se inclusive convencer” (primeiro parágrafo); “perderam pouco nas mãos da raposa”, “começaram a ter de deixar o poleiro e a receber meia ração”, “suportavam estoicamente as longas filas para recuperar uma migalha do que haviam produzido”, “foram descobrindo quão difícil era botar mais ovos se não havia ração suficiente e nem poleiro onde se encostar” (segundo parágrafo). Quanto aos gaviões, “guardaram seus ovos em outras montanhas”, “se tinham cedido algumas penas”, “que haviam perdido as asas” (primeiro parágrafo); quanto aos abutres, “conseguiram convencê-la de que podiam modernizar o galinheiro” (terceiro parágrafo); quanto ao leitão, “exigira o sacrifício de todos os carneiros”, “comeu com seus amigos” (linhas 23 e 24); quanto aos carneiros, “passaram a viver de esperanças”; quanto aos carneiros e galinhas, “podiam governar a si mesmos, livrando-se de leitões e de raposas” (linhas 26 e 27).

Até o terceiro parágrafo, as marcas lexicais giram em torno da referência à raposa (Collor) e suas ações políticas e da reação das galinhas (povo brasileiro) a elas. Nota-se aí um uso lexical que pode ser enquadrado, de forma coerente, no contexto da política: “jurou”, “prometendo”, “preparar para o futuro”, “não se importaram, acreditando que também”, “deixaram-se inclusive convencer”, “convencidas”, “continuou assegurando”. A mesma relação se pode estabelecer entre o léxico e o contexto da economia: “por medida de segurança, estavam distribuídos”, “perderam pouco”, “havia produzido”, “abriu as portas”, “modernizar”, “torná-lo produtivo”, “fossem privadas”.

No quarto parágrafo, é possível dar continuidade à leitura sociopolítica, embora a referência passe a ser Delfim Netto (leitão) e sua ação na área econômica. “Naquelas mesmas

paragens”, “há tempos” e “exigira” constituem marcas lingüísticas que podem levar o leitor a entender como contexto o Brasil na época da ditadura militar. O verbo “exigira” condiz com a ação autoritária do governo militar e contrasta com “jurou” (linha 1), que, usada no primeiro parágrafo com referência à raposa, admite o sentido de “declarar sob juramento”, prática comum do Presidente da República recém-eleito pelo voto popular numa democracia, durante a cerimônia de posse no cargo.

Enfim, no último parágrafo, destaca-se como marca lexical que pode levar o leitor a uma leitura sociopolítica do texto a palavra “governar” (linha 26), que pode ter como significado “dirigir como chefe de governo”, “controlar e dirigir a formulação e a administração da política”. Considera-se “governar” uma referência-chave ao contexto político que parece narrado em toda a fábula.

Encontram-se no texto, então, marcas lexicais que podem indicar um posicionamento político-ideológico do autor, uma crítica ao governo Collor e a seu plano de estabilização econômica, bem como a Delfim Netto e a sua política econômica baseada na idéia de “fazer crescer o bolo, para depois dividi-lo”.

Em vários trechos, percebe-se uma escolha lexical que se distingue da que consta no restante do texto, por fazer parte da memória discursiva do leitor com um sentido culturalmente negativo: “tomou para si”, “seqüestrados”, “suportavam”, “estoicamente”, “migalha”, “privadas”, “sacrifício”, “pretexto”, “fome”, “tosquiados”, “viver de esperanças”, “artimanha”.

Na segunda linha do texto, o sentido de “tomou para si” contrasta com o de “alimentaria a todos” e constitui uma incoerência, o que é uma dica para se entender que o sentido de “ovos” deve estar ligado ao de “produto do trabalho”. Como possíveis sentidos de “tomar” há, entre outros, o de tirar algo de alguém e apossar-se desse algo, subtrair, arrebatar, usurpar, apoderar-se (HOUAISS, 2001). Essa acepção negativa de “tomou” é reforçada pela

expressão “para si”, posposta a “todos”. Resta perguntar como alguém pode alimentar a todos, tomando para si o alimento, ou seja, a raposa prometeu, não cumpriu e ainda agiu em direção contrária ao que havia prometido. A expressão “tomou para si”, portanto, parece um julgamento do autor para a atitude da raposa (Collor). Além disso, a ação da raposa de tomar para si os ovos das galinhas, prometendo preparar uma omelete que alimentaria a todos também parece contraditória, pois as galinhas humanizadas, personificadas no texto, não comeriam os próprios ovos ou “filhos”, ainda que na forma de omelete. Essa contradição pode constituir uma marca deixada pelo autor, para possibilitar ao leitor uma leitura sociopolítica do texto.

Novamente, em “Mas, convencidas de que não se faz uma imensa omelete sem quebrar muitos ovos, suportavam estoicamente as longas filas para recuperar uma migalha qualquer do que haviam produzido.” (linhas 9 a 12), identificam-se como marcas do autor os lexemas “suportavam”, “estoicamente” e “migalha”, que refletem a formação discursiva religiosa do autor. Os dois primeiros, “suportavam” e “estoicamente”, podem levar o leitor a lembrar a atitude estimulada no meio religioso, que é a de “suportar para santificar”, já que “suportar” pode significar experimentar, sofrer algo penoso, sofrer com paciência (HOUAISS, 2001) e “estóico”, adjetivo do qual deriva “estoicamente”, pode ter como sentido aquele que se mostra resignado diante do sofrimento e do infortúnio. Essa escolha lexical parece uma crítica do autor sobre o acontecimento narrado.

E “migalha”, na possível acepção de quantidade ínfima de qualquer coisa ou de coisa nenhuma, de nada, por ser uma escolha lexical que, no contexto, apresenta carga semântica negativa, pode ser considerada pelo leitor uma marca da posição crítica e ideológica do autor sobre a situação descrita. O leitor pode até mesmo entender, por meio dessa escolha lexical, que o autor nutre um sentimento de revolta quanto ao fato de a população brasileira ter tido de sacrificar-se, para que a política econômica adotada por Collor pudesse funcionar e para que o

País supostamente alcançasse a estabilização econômica. Ainda para reforçar tal interpretação, há a carga semântica de “qualquer”, que, posposto a “migalha”, reforça-lhe o sentido pejorativo.

As marcas lingüísticas mencionadas permitem que o leitor enxergue o texto como um posicionamento político-ideológico do autor sobre o enredo de sua narrativa, ou seja, sobre as ações políticas e econômicas das referidas autoridades, Collor e Delfim Netto, bem como daqueles que se enquadram entre os gaviões e abutres, que, visando ao benefício próprio, de alguma forma prejudicaram o povo brasileiro com ações de espoliação.

No trecho compreendido entre as linhas 21 e 24, consideram-se marcas lexicais “sacrifício”, “pretexto”, “fome”, “tosquiados” e “viver de esperanças”. Entre outros, o sentido que pode ser atribuído a “sacrifício” é o de privação financeira em proveito de alguém; a “pretexto”, o de motivo que se declara para encobrir a verdadeira razão de algo, o de desculpa, subterfúgio, alegação; a “fome”, o de carência alimentar, subalimentação, escassez, míngua de víveres, miséria; a “tosquiados”, o de alguém que sofreu processo de exploração, de esbulho, que foi espoliado. O sentido de “viver” pode ser o de “retirar sua subsistência, ter como atividade produtiva, manter-se”; unido à expressão “de esperança”, “viver” exprime um sentido negativo e pode ser tomado como uma desaprovação do autor.

O trecho “O bolo cresceu, o leitão comeu com seus amigos e a fome grassou entre os carneiros tosquiados, que passaram a viver de esperanças” (linhas 23 e 24) tem uma enorme força argumentativa crítica, pois transmite a idéia de um resultado positivo apenas para o leitão (Delfim Netto) e seus amigos, em relação ao sacrifício a que os carneiros (povo brasileiro) foram submetidos, para fazer o bolo crescer. Podem-se entender como “amigos” do leitão os militares que governaram o País e aqueles que se beneficiaram da política econômica que Delfim Netto adotou como Ministro. Tal atribuição de sentidos é possível graças ao conhecimento de mundo do leitor sobre a relação de Delfim Netto com os governos militares.

Pode-se considerar que o ápice da argumentatividade do autor contra a raposa (Collor) e o leitão (Delfim Netto) esteja no seguinte trecho (linhas 26 e 27): “Toda a artimanha do leitão e da raposa consistia em não permitir que carneiros e galinhas descobrissem que, unidos, podiam governar a si mesmos, livrando-se de leitões e de raposas.”

O lexema “artimanha” pode significar um procedimento para levar alguém ao engano ou um estratagema, um artil, um artifício (HOUAISS, 2001) e constituir uma marca da crítica do autor ao leitão e à raposa. A expressão “livrando-se de leitões e de raposas” também pode ser resgatada pelo leitor como uma marca lingüística da ideologia do autor, que parece deixar como mensagem a idéia de que políticos que se enquadram no perfil do leitão e da raposa, como Delfim Netto e Collor respectivamente, não são confiáveis e de que por isso não deveriam ser escolhidos para ocupar o cargo de Presidente da República pelo povo brasileiro, nas eleições que se realizariam em outubro de 2002.

Outra marca lingüística que apresenta um caráter argumentativo-ideológico importante é a palavra “unidos”. Esse lexema pode remeter o leitor à idéia da união pelo voto nas eleições. No trecho “Pois ensina a sabedoria que sente frio aquele que entrega a lã a quem já está agasalhado e passa fome quem dá os ovos a quem sempre se fartou de omeletes” (linhas 27 e 28), a palavra “sabedoria”, com um sentido altamente positivo, prepara o leitor para dar credibilidade ao preceito moral que Frei Betto apresenta na fábula, que pode ser considerado um aviso a carneiros e galinhas, ou seja, ao povo brasileiro sobre o que acontece quando se escolhe mal o governante do País. E como uma coisa leva a outra, esses vocábulos, nesse contexto, também provocam o efeito de sentido de que “unidos”, os eleitores podem demonstrar sua “sabedoria” – trazida pelo sofrimento provocado por erros anteriores – ao votarem em um candidato a Presidente da República que também é do povo.

3.2 A argumentação em *Ajardinar a esperança*

Nesta seção se fará a análise da construção dos sentidos de *Ajardinar a esperança*, texto que consta do anexo 2. Publicado em 16 de agosto de 2005, quatro dias após o pronunciamento de Lula sobre as denúncias de corrupção em seu governo, divulgadas pela mídia – acontecimentos que compõem as condições sócio-históricas de produção do texto analisado –, *Ajardinar a esperança* também pode ser considerado um posicionamento político-ideológico de Frei Betto. Ele, que escrevera, em 21 de junho de 2002, o artigo *A raposa e os ovos*, segundo uma das possíveis leituras que dela se obtêm, a favor da eleição de Lula para a Presidência em outubro daquele ano – fato que entra na composição dos sentidos do texto como interdiscurso –, como sujeito do discurso na função de autor, argumenta contra a corrupção, mas a favor da esperança no projeto social da Esquerda, de ver materializadas políticas econômicas e sociais direcionadas às classes mais pobres da população brasileira ou, segundo suas palavras, voltadas para o combate à “pobreza insolente” (linha 11).

Na verdade, Frei Betto parece ter escrito o artigo *Ajardinar a esperança* principalmente para os militantes da Esquerda e integrantes do PT – formadores de opinião sobre o assunto –, que, como ele, estavam decepcionados com as denúncias de corrupção, assim como para os brasileiros que, mesmo sem integrar o grupo de simpatizantes ou de filiados ao Partido dos Trabalhadores, votaram em Lula na esperança de que ele promovesse mudanças políticas, econômicas e sociais. Frei Betto também parece dirigir-se aos petistas que cometeram atos de corrupção, que podem ser tomados como o inimigo a que o eu-discursivo se refere no texto (linhas 48 e 49), conforme se verá na análise.

O primeiro recurso argumentativo utilizado em *Ajardinar a esperança* é a metáfora do título, que já prepara o leitor para a idéia que Frei Betto parece defender, que é a de manter a esperança no projeto social da Esquerda, mesmo após as denúncias de corrupção no governo Lula. Frei Betto reprovava veementemente a corrupção em seu artigo.

O primeiro parágrafo se inicia com as perguntas retóricas “Você pensa que eu também não tenho vontade de mandar tudo às favas? Pensa que não me invade esse sentimento de frustração, essa amargura oca, essa acidez na boca da alma?”. Tal recurso provavelmente foi usado pelo autor com a intenção de aproximar-se dos leitores. Como já dito no capítulo 1, no ato da escritura, da enunciação, o autor cria leitores-virtuais – imaginados e desejados – e deixa marcas lingüísticas em seu texto que servem como pistas para resgatá-los (cf. ORLANDI, 1996). Mostrando que tem sentimentos e anseios semelhantes aos de seus leitores quanto às circunstâncias contextuais – as denúncias de corrupção – que o fizeram produzir o texto, o autor se aproxima do leitor e cumpre o papel daquele que o resgata do caminho para o “lado negro”, o da direita. Nesse leitor com quem Frei Betto mostra identificar-se quanto “ao sentimento de frustração” (linha 2) – palavras dele –, podem encaixar-se todos os brasileiros que, tendo votado em Lula na esperança de que ele promoveria mudanças sociais, políticas e econômicas, encontravam-se perplexos e decepcionados com as denúncias de corrupção em seu governo. Especialmente aqueles capazes de contribuir para que as denúncias de corrupção não destruam o projeto da Esquerda, ou seja, nesse leitor virtual podem-se encaixar, além dos que votaram em Lula, de modo geral, os militantes políticos da Esquerda.

Destaca-se, no referido parágrafo – aliás, em todo o artigo –, o uso de termos e expressões com sentido negativo, como “mandar tudo às favas”, “frustração”, “amargura oca”, “acidez na boca da alma”, “canso”, “carregando (...) essa pesada pedra”, “esperança esburacada”, “Prometeu acorrentado”, “embriagar-me de alienação”, “estupor”, que indicam o estado de espírito em que o autor se encontra.

No primeiro parágrafo, chama também a atenção a força argumentativa da primeira pessoa do singular, a qual Frei Betto retoma no sexto parágrafo, quando volta a falar de sua experiência com a tortura. A personalidade percebida com o uso do pronome pessoal “eu”, acompanhado da forma verbal correspondente, do pronome oblíquo “me” e do pronome

possessivo “meu”, pode ser considerada um recurso argumentativo que imprime o efeito de sentido de proximidade do autor com o leitor. O autor se coloca, na interlocução, ao lado do “outro”, que ele julga estar sentindo o mesmo e que está linguisticamente representado pelo pronome de tratamento “você”, acompanhado da forma verbal na terceira pessoa do singular. O operador argumentativo “também” confirma a idéia de que o autor acredita que ele e o leitor estão unidos pelo mesmo “sentimento de frustração” (linha 2).

A pessoalidade nesse parágrafo é uma marca em contraposição à impessoalidade presente nos dois parágrafos seguintes, em que Frei Betto fala da esperança de uma forma geral, e também no quarto parágrafo, em que escreve sobre a esperança política, especificamente. A pessoalidade no início do texto é um recurso argumentativo que acrescenta efeito de sentido. Conforme já mencionado, essa pessoalidade pode ser tomada como um recurso usado pelo autor para ganhar a atenção e a empatia do leitor, a fim de convencê-lo da idéia que será defendida no artigo. O uso da primeira pessoa do singular também imprime o sentido de desabafo, algo que é histórica e socialmente marcado como um elemento de aproximação entre pessoas que têm certa intimidade ou convivência. No texto, funciona, pois, para aproximar autor e leitor.

A intertextualidade nas linhas 3 e 4, que ocorre com a menção de Sísifo e Prometeu, em referência aos mitos gregos, não só serve para descrever o estado de espírito do autor, que é de grande decepção e frustração, como também é um recurso argumentativo que garante poder às suas palavras. Seu uso mostra competência intelectual, podendo ser tomado pelo leitor como um argumento de autoridade, de quem “sabe” o que diz – já que é marca de leitura e de conhecimento –, pois nem todos os brasileiros estão aptos a usar, com facilidade, a mitologia grega como referência ou suporte para suas idéias.

A menção às duas entidades mitológicas gregas também pode servir como uma pista para identificar o perfil do(s) leitor(es) para os quais Frei Betto parece ter escrito. Tendo

mencionado Sísifo e Prometeu, ele acrescentou algo que os faz conhecidos: o fato de Sísifo carregar ladeira acima uma pesada pedra e de Prometeu estar acorrentado. Com isso, o autor conta com o conhecimento ou com a memória do leitor sobre o que eles representam, mas garante a compreensão, remetendo os leitores àquilo que considera fundamental para o sentido que constrói no parágrafo: depois de citar seus nomes – Sísifo e Prometeu – ele, de certo modo, explica cada mito.

Por trás da decisão de citar o nome dos personagens míticos pode haver a intenção de atingir uma certa parcela de leitores: os que conhecem os mitos, que têm um maior nível de escolaridade e que, portanto, podem ser formadores de opinião. Isso, embora não estejam excluídos os que não conhecem esses mitos, visto que, pela explicação dada em seguida, na frase “ficar carregando ladeira acima essa pesada pedra”, e pelo adjetivo “acorrentado”, poderiam resgatar sentidos mais próximos daquele que Frei Betto pretendia construir e que se relacionam aos mitos. Esse dado mostra a preocupação não apenas de atingir uma parcela mais culta da sociedade – que poderia construir os sentidos pretendidos apenas pela citação dos nomes dos personagens mitológicos –, sem que fosse necessária uma explicação posterior, mas também de aproximar o leitor menos culto – mas que poderia ter acesso ao seu texto –, instruindo-o sobre o sentido da relação feita entre o texto e esses mitos, ao fornecer-lhes a explicação.

Mesmo com essa leitura, é importante lembrar que, apesar de existirem hoje filmes e desenhos animados sobre mitologia grega, o conhecimento do povo brasileiro em geral a esse respeito ainda não é tão amplo. Tal conhecimento pode ser considerado de elite, especialmente em se tratando de Sísifo e Prometeu. Essa marca discursiva no texto, então, indica a possibilidade de Frei Betto não ter escrito esse artigo exatamente para o “povo” brasileiro – ainda que não o exclua –, mas para parcelas mais cultas da sociedade, por exemplo, os intelectuais militantes da Esquerda política no Brasil, que teriam condição de

(re)construir sentidos a partir das referências mitológicas e, como já dito, de formar a opinião dos menos esclarecidos.

Na mitologia grega, Sísifo, por ter espalhado o segredo dos deuses, foi condenado a eternamente rolar uma rocha até o topo de uma montanha, de onde a pedra cairia de volta, de forma que ele teria de empurrá-la novamente. Prometeu, por outro lado, por ter dado o fogo aos homens, foi acorrentado ao Cáucaso por Júpiter e tinha o fígado constantemente dilacerado por uma águia, castigo que se renovava diariamente, porque sua carne se refazia. Frei Betto se posiciona, então, como alguém que faz o bem aos homens – povo brasileiro –, revelando o segredo dos deuses – os políticos – e que busca dar a esses homens o fogo, ou seja, que eles precisam para se aquecer, para preparar seu alimento, para iluminar seu caminho – os ensinamentos, as palavras de força e de esperança. Por outro lado, ele também se mostra como aquele que paga um alto preço por sua militância e por suas ações: o de carregar uma pesada pedra – a esperança que sempre rola montanha abaixo, quando ele acha que já chegou ao topo – e de se estar acorrentado, preso, sem poder tomar uma atitude para mudar o **status quo**, acabando com o que se perpetua e se mantém no Brasil: a corrupção.

Nas palavras “Sim, tem hora que me canso de bancar o Sísifo, de ficar carregando ladeira acima essa pesada pedra de uma esperança esburacada.” (linha 3) e “Tem hora que me sinto Prometeu acorrentado, mas sem revolta, agradecido por ter as mãos atadas.” (linhas 4 e 5), ocorre o uso metafórico da linguagem. Quanto à referência a “bancar o Sísifo”, é óbvio que o autor não tem carregado ladeira acima uma pedra propriamente dita, mas é como se o estivesse fazendo. Isso, dado o peso que lhe parece ter o ato de levar a esperança às pessoas e o de lutar para que se consolidem projetos sociais que garantam a melhoria das condições de vida do povo e que contemplem a parcela da população brasileira que é econômica e socialmente excluída. Essa esperança é renovada pelas ações de pessoas engajadas como ele, mas, a toda hora, é minada por ações políticas que contrariam esse ideal, porque eivadas “da

corrupção, da sonegação, da falcatura e da negociata” (linhas 49 e 50) e do objetivo de favorecer os que já estão agasalhados e os que sempre se fartaram de omeletes, aproveitando suas palavras em *A raposa e os ovos*. Daí a possível razão de sua esperança metaforicamente estar esburacada (linha 4).

Quanto à menção a sentir-se “Prometeu acorrentado, mas sem revolta, agradecido por ter as mãos atadas”, o leitor pode interpretar que o autor, apesar do dever social que atribui a si – no qual pode estar embutido o sentido de condenação a que foram submetidos os personagens mitológicos citados –, de agir em prol dos excluídos, de trabalhar para a realização do projeto da Esquerda – tese que pode ser lingüisticamente levantada com base na interpretação do parágrafo seguinte –, sente-se às vezes impossibilitado de fazê-lo, como se estivesse acorrentado, devido às amarras de que dispõe o sistema social e político vigente para perpetuar a desigualdade entre as classes e o poder de uma em relação às demais, bem como para minar as tentativas de transformação social. O autor parece ter consciência da pouca possibilidade de ação no sentido da mudança, tanto que afirma sentir-se às vezes com as mãos atadas, mas sem revolta. Ele se mostra ciente da dificuldade de vencer a toda hora um obstáculo que mina seu ânimo, sua esperança, como as denúncias de corrupção no governo Lula. A frase “Tem hora que me sinto” indica que não é sempre que ele se encontra nesse estado de desânimo e tem vontade de embriagar-se de alienação, ou seja, de parar o trabalho que realiza no sentido da mudança social, para engrossar a fileira dos indiferentes à “pobreza insolente” (linha 11).

No segundo parágrafo, a palavra “frustrante” (linha 9), cujo sentido negativo culturalmente construído pode ser retomado pelo leitor, foi acentuado pelo operador argumentativo “muito”. Essa palavra foi usada no início para retomar o tema do parágrafo anterior, que é a frustração, e, com isso, estabelecer a coesão e garantir a coerência. No entanto, ela se contrapõe a “esperanças”, cuja força de sentido domina o restante do parágrafo.

Apesar da contraposição existente entre o negativo e o positivo, é a força da palavra “esperanças” que o rege, tanto que a última frase do parágrafo, aquela que tende a ficar na memória do leitor, apresenta um sentido extremamente positivo, que reforça a esperança: “e a gente é tomado por esse sentimento feminino do querer cuidar e começa então a acreditar que a primavera existe” (linha 14).

Essa contraposição entre o positivo e o negativo se mantém no parágrafo: “frustrante” (negativo) e “esperanças” (positivo); “grãos miúdos, delicados, quase invisíveis” (positivo) e “ora plantados no caminho acidentado, ora num coração angustiado, sempre no terreno árido da pobreza insolente” (negativo); “E depois vem o árduo trabalho” (negativo) e “de regar todos os dias, ver emergir o primeiro broto” (positivo); “um fiasco” (negativo) e “de verde aflorando sobre a terra” (positivo); “negra” (negativo) e “e a gente é tomado por esse sentimento feminino do querer cuidar e começa então a acreditar que a primavera existe” (positivo). Pode-se dizer que a organização desse parágrafo acompanha a oscilação emocional de quem está tentando nutrir a esperança e, a toda hora, é tomado pela desesperança diante de fatos da realidade que a fazem minar.

Os lexemas “semear” e “grãos” e o trecho “ora plantados no caminho acidentado, ora num coração angustiado, sempre no terreno árido (...)” (linha 10) podem remeter o leitor à parábola do semeador, o que constitui uma intertextualidade, além de uma marca indicativa da formação discursiva religiosa do autor.

A pessoalidade, presente na forma pronominal “a gente”, possivelmente aparece para reforçar a simplicidade e a naturalidade do sentimento feminino do querer cuidar, com que todo ser humano, independentemente do sexo, tem contato nas relações humanas. Essa forma pronominal é usada apenas no desfecho do parágrafo, em que passa a predominar um léxico positivo, pois o eu discursivo mostra-se empolgado com o aparecimento dos resultados, ainda que pequenos, do semear esperanças – ou do realizar ações sociais contra a pobreza insolente

– e muda o tom pessimista, de frustração, para o de esperança: “[...] começa a acreditar que a primavera existe”. Nesse momento, ele abre a perspectiva de discursivamente “ajardinar a esperança” – expressão que constitui o título de seu artigo e sua proposta argumentativa –, ou seja, de argumentar a favor da esperança na política direcionada para a mudança social, apesar das denúncias de corrupção: “e a gente é tomado por esse sentimento feminino do querer cuidar e começa então a acreditar que a primavera existe” (linhas 13 e 14). Usada no lugar de “nós”, “a gente” reforça o sentido de interiorização do eu discursivo, mas, ao mesmo tempo, de proximidade com o “outro” na interlocução – e, pode-se dizer, na ação política e social que o autor defende.

Pode-se considerar que há, nesse parágrafo, uma referência metafórica à ação política e social, bem como ao aparecimento gradual dos resultados que dela advêm. Lingüisticamente, a ação política e social – que também se mostra gradual – pode ser identificada nos verbos “semear” e “regar” e na forma nominal “plantados”, e os frutos dela, em “o primeiro broto” e “um fiasco de verde sobre a terra”. Parece que tanto a ação política e social quanto seu resultado são vistos pelo autor como um processo gradual, o que lingüisticamente pode ser detectado pelo efeito de sentido proporcionado pelos operadores argumentativos “ora (...), ora” e “depois”; pelas formas verbais “ver emergir” e “aflorando”.

O que leva o leitor a fazer uma leitura política e social desse parágrafo, que apresenta uma linguagem metafórica, mas não necessariamente ligada em significação à conjuntura econômica e social do Brasil – exceto se conhecidas as condições de produção do artigo –, devido ao fato de a política, até esse parágrafo, ainda não ter sido claramente mencionada no texto, é a palavra “pobreza”. Com a expressão “pobreza insolente”, o leitor é arrancado do nível emocional e ao mesmo tempo poético, no qual o autor fala do “semear esperanças”, para a realidade econômica e social em que se encontra grande parte da população brasileira.

Também se destaca, nesse parágrafo, o uso dos adjetivos “miúdos, delicados, quase invisíveis” (linhas 9 e 10), que dão a idéia de que o trabalho de semear esperanças – ou ações políticas e sociais – no sentido da transformação social é normalmente imperceptível e de que seus resultados quase não se sobressaem na “terra negra”, ou seja, no ambiente da exploração social.

No terceiro parágrafo, que constitui uma argumentação sobre a esperança – palavra com a qual o autor o inicia –, o clima positivo do final do parágrafo anterior é retomado, estabelecendo-se a coesão. O autor, que iniciara o texto de modo negativo, ressaltando seu estado emocional de decepção com as denúncias de corrupção no governo Lula e que, no parágrafo anterior, intercalara o negativo e o positivo ao falar da esperança, criando como possibilidade o efeito de sentido da dificuldade que se enfrenta para que ela nasça e se mantenha viva, optou por usar, no terceiro parágrafo uma construção lexical positiva: nele não se percebe nenhuma palavra cujo significado poderia ligar a esperança a algo negativo. Como ele se propõe, pelo título do artigo, a ajardinar a esperança e, no primeiro parágrafo, mostra-se desesperançoso, passa a argumentar a favor dela, ressaltando o que a caracteriza positivamente, mostrando o que a faz compensadora, o que justifica a sua defesa.

Nesse parágrafo, Frei Betto fala metaforicamente da esperança como algo que transcende o tempo e qualquer situação: “A esperança é um pássaro em vôo permanente. Segue adiante e acima de nossos olhos, flutua sob o céu azul, não se lhe opõe nenhuma barreira” (linhas 15 e 16). No final, por meio da palavra “educação”, ele retoma o aspecto social que vinculava à esperança no parágrafo anterior, já que a educação, em determinado sentido, constitui uma das principais funções sociais do Estado. Esse aspecto social, entretanto, parece estar mesclado do que se poderia chamar de idealismo, algo que culturalmente é atribuído ao religioso e ao político bem-intencionado e que pode fazer parte da formação discursiva do autor como ex-frade e militante da Esquerda: “[...] o amor, a

educação de um filho, o sonho de um mundo melhor” (linha 17). Pode-se dizer que o idealismo do religioso se faz presente lingüisticamente nas palavras “amor” e “sonho de um mundo melhor”. Também se percebe que a palavra “educação” foi posicionada entre “amor” e “mundo melhor”, o que pode indicar uma seqüência natural e uma sugestão a ser socialmente seguida pelos que administram o Estado, na visão do ex-frade e militante da Esquerda que se encontra na função de autor.

O quarto parágrafo é aquele em que Frei Betto finalmente introduz a palavra “política”, relacionando-a à esperança: “A política sempre foi alvo predileto da esperança, desde os tempos bíblicos.” (linha 18). Destaca-se o uso do operador argumentativo “sempre” e a referência ao passado em “desde os tempos bíblicos”, que reforçam a ligação que o autor procura estabelecer entre a política, a esperança e a religião, deixando transparecer, mais uma vez, sua ideologia e sua formação discursiva política e religiosa. O leitor que conhece a história de vida de Frei Betto como militante da Esquerda e como defensor da Teologia da Libertação e que teve a oportunidade de ler *A raposa e os ovos*, assim como outros textos de sua autoria, pode perceber, pelo interdiscurso, que ele advoga a favor dos excluídos e contra o sistema social opressor e une, como no caso de *Ajardinar a esperança*, política e religião.

Aliás, pode-se dizer que a argumentação no quarto parágrafo se faz exatamente no sentido da indissociabilidade entre a esperança, a política e a religião, ou seja, de que nada está isento de ideologia, nem mesmo a religião. Um recurso argumentativo usado para reforçar a existência dessa indissociabilidade é a frase “desde os tempos bíblicos” (linha 18), a intertextualidade presente na citação ao Antigo Testamento – ao Jardim do Éden, à Terra Prometida, às promessas de Javé – e também a menção aos profetas em “Os profetas sabiam ajardinar a esperança” (linha 20).

O Jardim do Éden é o lugar onde Eva e Adão viviam, ou seja, o paraíso, antes de Adão cair em tentação, e a Terra Prometida, aquele para o qual Moisés, a mando de Javé, teria de

conduzir o povo hebreu, depois de tirá-lo do cativeiro no Egito; as promessas de Javé se referem exatamente à garantia da terra prometida e da prosperidade. Essa referência (linhas 18 a 20) pode indicar a importância para o autor, como militante da Esquerda, da relação do homem com a terra na qual vive e da qual tira seu sustento e prosperidade.

No entanto, a intertextualidade presente na menção ao Antigo Testamento e, especificamente, ao Jardim do Éden, à Terra Prometida, à confiança nas promessas de Javé e aos profetas também pode indicar que o autor acredita que a natureza das idéias e ações humanas é essencialmente política, ou seja, comprometida com alguma ideologia. Tal referência pode ser interpretada como uma maneira de mostrar que até mesmo os profetas teriam manipulado idéias, para conseguir que determinado caminho fosse seguido pelo povo, no caso, o caminho ditado por Javé ou Deus. O Jardim do Éden, situado no passado bíblico, teria sido, então, usado pelos profetas como referência para o que se deveria fazer no presente, que era acreditar nas promessas de Javé, a fim de se obter algo no futuro, que era a Terra Prometida. Os profetas sabiam “ajardinar a esperança”, agindo política e ideologicamente; eles seriam, dessa forma, os atores nessa manifestação ideológica e política que é o Antigo Testamento, e a Bíblia seria uma metáfora das relações humanas, que encerraria o presente, o passado e o futuro em ações políticas e ideológicas. A esperança, portanto, pode ser entendida como resultado da ideologia.

Outro destaque é a palavra “confiança”: embora o autor fale da “confiança nas promessas de Javé”, o leitor que conhece a trajetória política de Frei Betto, que sabe de sua atuação na campanha de Lula para a Presidência da República e que por isso pode fazer a ligação de sentidos entre *A raposa e os ovos* e *Ajardinar a esperança* e a figura de Lula como líder dos militantes de um Partido da chamada Esquerda política no Brasil pode remeter-se à confiança nas promessas do atual Presidente da República como candidato antes da eleição. Primeiro, em razão de a política ter sido mencionada no início do parágrafo. Segundo, por

causa do efeito de sentido da expressão indicativa de tempo “no presente”, que pode trazer o leitor da época em que os profetas receberam a palavra de Javé para o tempo atual, de modo que ele compare Lula a Javé. Isso pode ser considerado um recurso argumentativo usado no texto a favor da confiança no projeto de mudança social da Esquerda, que é defendido pelos fundadores e militantes do PT e que o governo de Lula se havia incumbido de executar.

Com a frase “Os profetas sabiam ajardinar a esperança” (linha 20), o autor repete o título de seu artigo, “Ajardinar a esperança”. Como um dos principais expoentes da Teologia da Libertação, ou seja, como defensor da “fé encarnada, engajada”, Frei Betto parece justificar sua iniciativa de defender a esperança no projeto da Esquerda, mesmo depois das denúncias de corrupção, citando como exemplo os profetas, os quais, segundo a argumentação construída no parágrafo, ajardinavam a esperança, atuando religiosa e politicamente, em nome de Javé. Tem-se a impressão de que o autor apóia-se no exemplo dos profetas, para ajardinar a esperança na política e na ética – palavra citada por ele no início do último parágrafo (linha 55) e que, ao lado de “humildade”, “colheita” e “semeadura”, presentes na parábola do semeador e, portanto, no discurso religioso, podem indicar a formação discursiva política e religiosa do autor, bem como sua ideologia.

No quinto parágrafo, Frei Betto fala da esperança política especificamente, o que garante a coesão, já que no parágrafo anterior fez a ligação entre a esperança e a política, o que parece ser seu real objetivo com o texto. Usa primeiro uma metáfora, recorrendo à ave mitológica fênix, novamente mencionando o que a caracteriza, o renascer das próprias cinzas, provavelmente, como já dito, para facilitar para o leitor que desconhece a mitologia grega a reconstituição dos sentidos. Na frase “sempre a renascer das cinzas” (linha 21), o operador argumentativo “sempre” reforça a recorrência do ciclo típico da esperança política, que é o de morrer e renascer. O autor cita, então, momentos na história da humanidade em que a classe social oprimida renovou sua esperança, ao apoiar mudanças políticas que acreditava serem a

garantia de melhores condições de vida e maior participação no poder, mas viu essa esperança virar cinza depois de completado o processo da tentativa de transformação. Ou seja, ela não conseguiu ver realizadas as mudanças sociais a seu favor e, ao contrário, continuou sendo explorada, mas pelo menos teve a oportunidade de tentar realizá-las, até que uma nova onda de transformação, originada por um novo impulso ideológico, pusesse fim ao processo anteriormente deflagrado: “Foi assim no milenarismo monárquico medieval, na Revolução Francesa, na União Soviética” (linhas 21 e 22).

O autor menciona, em seguida, Tancredo Neves, personalidade política que, depois do longo período do regime militar, foi eleito indiretamente o primeiro presidente civil do Brasil e representou para o povo brasileiro a esperança de renovação política e de democracia. A frase “visto como um novo Moisés que também não pisou a Terra Prometida” (linhas 23 e 24) pode ser considerada um recurso metafórico para se dizer que Tancredo Neves morreu, sem exercer o cargo e ver instituída a democracia no País.

Frei Betto usou, nesse parágrafo, uma gradação. Ele, primeiro, falou em “milenarismo monárquico medieval”, que diz respeito a um longo período, a Idade Média, durante o qual os monarcas e os nobres, que constituíam a classe social que detinha o dinheiro e o poder, propuseram-se a oferecer segurança aos camponeses e comerciantes – as classes dominadas –, em troca de trabalho quase escravo. Segundo, mencionou a Revolução Francesa, evento importante que fez ecoar no mundo ocidental o lema “liberdade, igualdade e fraternidade” contra os regimes absolutistas e que promoveu a ascensão dos valores burgueses. Depois, citou a União Soviética, país em que ocorreu a Revolução Russa, sob a promessa de que haveria paz, terra, pão, liberdade e trabalho, a qual não foi totalmente cumprida, já que o Partido Comunista reprimiu toda e qualquer idéia contrária aos princípios socialistas, impedindo que a democracia fosse instituída. Em quarto lugar, Tancredo Neves, o político que, como chefe da nação brasileira, faria a transição do regime militar para o democrático.

Essa gradação – um período da história, um evento histórico, um país, uma personalidade política brasileira considerada como líder pelo povo brasileiro tal qual um Moisés no deserto – deixa entrever, como efeito de sentido, o fato de que, na história da humanidade, sob qualquer ângulo que se vê, finda-se um processo de transformação política, mas inicia-se outro, porque o homem está sempre a renovar sua esperança política, seu ideal de viver com dignidade, que pressupõe garantia de liberdade, de trabalho, de alimento, enfim, de boas condições sociais e econômicas. Essa gradação pode ser entendida como passos vitoriosos das classes oprimidas no sentido da materialização desse ideal, os quais, no Brasil, teriam sido inicialmente dados com a escolha indireta de Tancredo Neves para Presidente da República. Esses passos na direção da mudança social teriam culminado, então, com a eleição direta de Lula – representante dos “carneiros e galinhas”, e não dos “leitões, raposas e gaviões” – e com sua promessa de realizar, durante seu governo, mudanças sociais no País.

Com a frase “Agora as denúncias de corrupção fazem o pássaro cessar o vôo em pleno ar” (linha 24), pode-se entender que um novo processo de transformação política, iniciado com a subida ao poder do Partido dos Trabalhadores, que representa os anseios das classes oprimidas, foi interrompido. O operador argumentativo “agora” se encarrega de contrapor a situação de denúncias de corrupção, atual para a época em que o texto foi escrito, com a que o autor supunha estar processando-se, de concretização do projeto da Esquerda.

A menção às miragens utópicas (linha 26) pode remeter o leitor que conhece a atuação política e social de Frei Betto e que tem noção da luta ideológica existente na sociedade a ideologias que consideram o projeto da Esquerda uma utopia. Já o pronome possessivo “nossas” (linha 25), assim como o pronome oblíquo “nos” (linha 26) podem indicar que o autor se inclui no grupo dos que defendem tal projeto. A intertextualidade e o conhecimento de mundo do leitor também lhe permitem lembrar o que o marxismo entende como utopia, que é um “modelo abstrato e imaginário de sociedade ideal, concebido como crítica à

organização social existente, porém inexecutável por não estar vinculado às condições políticas e econômicas da realidade concreta” (HOUAISS, 2001).

Com o uso dos pronomes “nossas” e “nos” e com a frase “enquanto uma dor dilacera-nos por dentro” (linhas 25 e 26), o autor resgata a personalidade e expõe novamente seu estado de espírito, mas, dessa vez, juntando-se àqueles que julga estar sofrendo pelo mesmo motivo que ele, principalmente os companheiros em ideologia. Frei Betto mostra sua decepção, sua dor por ver esse projeto “empalhado”, ou seja, morto, mas com aparência de vivo, já que é o olhar dele e do grupo político que defende tal projeto – ou seja, de seus companheiros em ideologia, no meu entender, principalmente os fundadores e militantes do PT, para quem principalmente parece direcionar-se o texto – que dá vida à fênix ou ao projeto da Esquerda. Daí a palavra “miragens” – a falsa realidade, a ilusão, o sonho – reforçada pelo adjetivo “utópicas”, cuja significação pode ser a de algo irrealizável. A essa altura, a palavra “projeto” ainda não foi mencionada, mas o leitor pode construir sentidos, relacionando-a especificamente ao projeto da Esquerda com base, como já dito, nas condições de produção do texto.

O autor discursivo demonstra seu sofrimento – “[...] uma dor dilacera-nos por dentro” (linhas 25 e 26) – e chega a afirmar que a fênix, ou seja, a esperança política no projeto da Esquerda, naquele momento em que toma conhecimento das denúncias de corrupção, parece-lhe miragem utópica. É como se a esperança, no meio das “cinzas” do que todos acreditaram até então, tivesse sido “queimada” pelas denúncias de corrupção, e, desse modo, seu renascimento fosse uma ilusão, um sonho irrealizável, tal qual alegavam aqueles que combatiam as idéias de que a Esquerda política brasileira poderia garantir a liberdade e a igualdade social, se assumisse o governo no Brasil.

O desfecho do quinto parágrafo se dá com o destaque da dor que o autor sente e que julga estar afetando também seus companheiros de ideologia. Dando continuidade à

argumentação e garantindo a coesão, ele continua a falar da dor, mas agora da dor da tortura que guarda na memória. A personalidade passa do “nós” para o “eu” (linhas 27 a 32): “Então minha memória resgata o horror. Primeiro, os gritos. [...] Da sala de tortura, saio morto ou quebrado. A outra alternativa é mais assombrosa. A de sair irremediavelmente sonogado em minha identidade, mercadejando a informação em troca de uma sobrevivência indigna” (linhas 33 e 34).

A menção à tortura, num primeiro momento, pode ser considerada um recurso argumentativo para fazer com que o leitor lance mão de seu conhecimento de mundo e se lembre de algo tão ruim – ou pior – para a sociedade quanto as denúncias de corrupção numa democracia, que é a ausência de liberdade política, como a que ocorreu durante a ditadura militar. Embora o eu textual fale de sua experiência, usando a primeira pessoa do singular, é possível extrapolar o campo individual – que corresponde à sua experiência com a tortura e às consequências físicas e emocionais que ela gerou para ele – e atingir o coletivo, retomando-se a experiência da sociedade brasileira – e de outras sociedades – com a ditadura. Com a frase “A de sair irremediavelmente sonogado em minha identidade, mercadejando a informação em troca de uma sobrevivência indigna.” (linhas 33 e 34), o autor descreve, de certa forma, o que acontece com o povo que se deixa reger por governos totalitários, já que tem sua liberdade de pensamento e de ação cerceada: é sonogado em sua identidade e com isso passa a sobreviver indignamente.

Mais uma vez, pode-se considerar o uso da primeira pessoa como um recurso para sensibilizar o leitor para quem o autor intencionalmente parece escrever. O eu textual iniciou seu artigo nesse tom de desabafo emocional, de demonstração de sua frustração e o retomou no final do quinto parágrafo, mas com o uso do “nós”. Esse eu textual seria a voz de todos os companheiros na luta pelo “projeto da Esquerda política brasileira”. Todos sofreram as dores

uns dos outros, como se fossem um só, já que, interpelados pela mesma ideologia, uniram-se por um ideal.

No sexto e no sétimo parágrafo (linhas 27 a 39), o eu textual fala de sua experiência com a tortura. Dois parágrafos foram destinados a esse tema, provavelmente para enfatizar este acontecimento tão deprimente para o ser humano e para a sociedade, que é a tortura, mas possivelmente para ressaltar a decisão do eu textual de preferir o silêncio à sobrevivência indigna por causa da identidade sonegada, tal qual a tomada por outros companheiros que foram submetidos à tortura por questões político-ideológicas.

No oitavo parágrafo, o autor fala da dor de ver um projeto adulterado e a compara à dor da tortura descrita nos dois parágrafos anteriores. É nesse momento que ele usa a palavra “projeto”, a qual o leitor pode entender como o “projeto social da Esquerda política”: “É a dor de ver um projeto adulterado [...]” (linha 41). O eu-textual, personagem que remete a Frei Betto, descreve novamente seu estado de espírito, usando a linguagem poética presente em todo o texto e um léxico com sentido negativo: “[...] escarafuncham a alma, ferem fundo o espírito, arrancam o que o coração guarda, deixando-o miseravelmente vazio” (linhas 40 a 41). Destacam-se os verbos “escarafuncham”, “ferem”, “arrancam”, os advérbios “fundo” e “miseravelmente” e o adjetivo “vazio”. O léxico com efeito de sentido negativo foi usado em todo o parágrafo: “terríveis”, “adulterado”, “ambição desmedida”, “sede de poder”, “inescrupuloso”, “pusilânime”.

No início do nono parágrafo, entretanto, ele muda o tom negativo para o positivo, dando continuidade à alternância que já havia usado em outro trecho como recurso argumentativo. O leitor pode entender que Frei Betto resgata a esperança novamente. O léxico se modifica, torna-se positivo: “sonho”, “mil fios delicados”, “amor”, “sentimentos”, “vínculos”, “porvir”. O sonho pode ser o de ver concretizado o projeto social da Esquerda, por meio do trabalho delicado de cada um que acredita na realização dele, ou seja, por meio

da participação de muitos, representados metaforicamente “pelos mil fios delicados”. O sentido de “delicados” pode ser associado ao de “sem arrogância” e “com humildade” – as palavras “arrogância” e “humildade” são usadas respectivamente no penúltimo e no último parágrafo –, como também ao de algo pequeno, aparentemente insignificante, mas efetivo.

No fim do referido parágrafo, o léxico se transforma de novo em negativo, mas já com a força do operador argumentativo “não” contrapondo-se à idéia do negativo. Pelo uso da negação e pelo resgate da personalidade, com o emprego da primeira pessoa do singular, o autor se posiciona ideologicamente, afirmando veementemente o que não fará: “Não vou pelas vias que conduzem os passos do inimigo. Não trilharei os caminhos sombrios, tortuosos, da corrupção, da sonegação, da falcatrua e da negociata.” (linhas 49 a 50). É nesse momento do texto que o autor usa, pela primeira vez, a palavra “corrupção”, que pode ser considerada pelo leitor uma marca lingüística de sua intenção ao escrever o artigo. A palavra “corrupção” pode fazer com que o leitor confirme a hipótese levantada no primeiro parágrafo do texto, graças ao conhecimento de mundo de que dispõe: a de que Frei Betto o escreveu para se posicionar sobre as denúncias de corrupção no governo Lula.

Estabelecendo-se uma correlação de sentido entre os três últimos parágrafos do artigo, percebe-se que tanto a concretização do sonho de ver realizado um projeto social quanto a formação de um corrupto se dá gradativamente e por meio de pequenas ações e, inicialmente, com resultados quase imperceptíveis. O seja, se aquele que escolher trabalhar para a realização de um sonho – que, no caso, pode ser entendido como o de ver concretizado o projeto social da Esquerda – não tiver humildade, não souber ser do tamanho que é –, palavras de Frei Betto constantes do último parágrafo –, poderá perder o rumo da ética e tornar-se um corrupto. Essa é uma relação de sentido – além da que se verifica pela oposição entre o positivo e o negativo – que se pode estabelecer entre “sonho” (palavra cujo sentido positivo se percebe pela expressão subsequente, que é “se tece de mil fios delicados”) e “corrupto”

(lexema seguido de palavras e orações às quais, pelo contexto, pode ser atribuído sentido negativo, como “infidelidades”, “levar vantagem num negócio”, “apropriar-se de um bem aparentemente insignificante”, “trair a confiança”, “destrói a sua moral”, “ganância”, “arrogância”, “é mais esperto que os demais”).

No nono parágrafo, a comparação “É como no amor, os sentimentos criam vínculos sem que se saiba ou se possa adivinhar o porvir” (linhas 45 e 46) pode referir-se à relação de união, amizade e confiança que se estabelece entre os que militam a favor de uma mesma ideologia ou projeto político. Segundo afirma o autor, ninguém pode garantir o que acontecerá no porvir com essa relação de união, amizade e confiança. Tal reconstrução de sentidos é possível devido à frase que vem a seguir, “Não trilharei os caminhos sombrios, tortuosos, da corrupção, da sonegação, da falcatrua e da negociata” (linhas 49 e 50), marca lingüística que pode remeter o leitor à questão política do envolvimento de fundadores e integrantes do PT que exercem cargos no governo Lula em atos de corrupção.

Essa marca lingüística pode fazer com que o leitor se lembre do critério de escolha dos cargos de confiança pelo Presidente da República, por exemplo, o de Ministro da Casa Civil, ocupado até recentemente por José Dirceu, principal responsável pela campanha de Lula em 2002, cassado pela Câmara dos Deputados posteriormente por envolvimento em processo de corrupção no governo. Espera-se que o Presidente escolha para chefe de seu gabinete alguém com quem compartilhe ideologia política e sentimentos de amizade e confiança. No entanto, como no amor, não se pode adivinhar o porvir, porque até mesmo a amizade e a confiança podem ser surpreendidas por acontecimentos sérios, como a comprovação de um possível esquema de corrupção de que tomem parte pessoas de quem se esperavam apenas atos éticos. Até mesmo vínculos criados por anos de atuação político-partidária conjunta podem ser quebrados no porvir, que é incerto.

Pode-se também considerar um recurso argumentativo a intertextualidade presente na citação de trecho de um poema de José Régio: “não sei por onde vou, / não sei para onde vou, / sei que não vou por aí!” (linhas 47 e 48). Por meio das frases “Talvez não se saiba aonde exatamente se pretende chegar” e “Sabe-se, contudo, por onde não ir” (linhas 46 e 47) e da intertextualidade, o leitor pode entender que o autor está ideologicamente justificando que não há como garantir caminhos e resultados, quando se trata de trabalhar com o social e o político, em que são tantos os envolvidos, tantas as variáveis, tantos os problemas que se apresentam. Ou seja, quem está investido de cargo político não sabe exatamente o que poderá realizar do projeto que idealizou, porque depende das ‘vias’ que lhe são disponibilizadas, dos obstáculos que lhe são colocados à frente pela estrutura que já encontra pronta; no entanto, não pode jamais se deixar conduzir pelas vias “da corrupção, da sonegação, da falcatrua e da negociata” (linhas 49 e 50).

Parece que, para o eu textual, essa falta de controle dos resultados ou de previsão dos caminhos que a pessoa deverá trilhar para obtê-los não é significativa. Usando a intertextualidade como recurso argumentativo, ele admite que é possível – e até justificável – não se saber por onde ir, nem para onde ir, mas, por meio da força de sentido dos operadores argumentativos “contudo” (linha 47) e “não” (linhas 47 a 49), descarta o caminho sombrio que, de acordo com as denúncias, alguns co-partidários tomaram.

Também nesse parágrafo, o eu textual afirma que tem inimigo e que não seguirá os passos dele, mas não diz que é o inimigo que conduz os próprios passos: são as vias que conduzem os passos do inimigo. Essa marca lingüística pode levar o leitor a entender que o inimigo, ou seja, aquele que politicamente atua sem ética, é conduzido pelas vias já existentes na política. Esse inimigo se deixa conduzir pela estrutura, que já encontra montada, de corrupção, de sonegação, de falcatrua e de negociata. A palavra “negociata” pode levar o leitor a lembrar os acordos políticos a que se submete o partido político que deseja governar.

Lula, por exemplo, para conseguir apoio no Congresso Nacional, teve de associar-se a partidos cuja ideologia e ação o Partido dos Trabalhadores – a que pertence – sempre reprovou. Para isso, teve de garantir a membros de outros partidos, cuja ideologia difere da sua, cargos em Ministérios, em órgãos da Administração Direta ou em empresas do Governo. A par desse tipo de negociata, que é de conhecimento público, há outro que é feito na surdina, porque envolve corrupção, falcaturia e sonegação e que é totalmente reprovado no texto. A reprovação pode ser percebida com base na força de sentido do operador argumentativo “não”. Lembro que esse efeito de sentido parece possível graças às palavras “corrupção” e “corrupto” – esta última usada no parágrafo seguinte –, que constituem marcas lingüísticas que o sustentam. Por intermédio dessas palavras, mesmo o leitor que desconhece a história política de Frei Betto poderia, com base também no seu conhecimento de mundo, ou seja, nas informações disponibilizadas pela mídia na época em que o artigo foi escrito, fazer uma leitura política, ligando-a ao evento das denúncias de corrupção.

Depois de excluir a possibilidade de escolher para si o caminho do inimigo, que é o da corrupção, da sonegação, da falcaturia e da negociata, no décimo parágrafo, o eu textual opta por explicar como se forma o corrupto, provavelmente com o intuito de alertar o leitor para quem o texto pode estar dirigido – que, no meu entender, são principalmente os copartidários, inclusive aqueles que ocupam cargos no governo –, a fim de que reavalie suas ações políticas.

Depois de mencionar a corrupção e de caracterizar o corrupto no nono e no décimo parágrafo, Frei Betto, no último parágrafo, retoma, com a expressão “sustentar a esperança”, o título de seu artigo, *Ajardinar a esperança*. Com as palavras “ética”, “humildade”, “esperança”, “colheita” e “semeadura” (linhas 55 a 57), escolha lexical compatível com a formação discursiva política e religiosa já identificada em outros trechos do texto, ele retoma a ligação que havia estabelecido entre a política e a religião, segundo uma possível leitura. Os

verbos “sustentar” e “cuidar” e a expressão “delicada e anonimamente” (linha 56) podem remeter o leitor a um modo de agir politicamente.

O leitor, portanto, chega ao final do texto com vários elementos lingüísticos que o levam a associar a esperança mencionada no título com a política, a relacionar o tema abordado com o das denúncias de corrupção no governo Lula. Com base nas marcas lingüísticas já mostradas e no seu conhecimento de mundo, o leitor pode tomar como possibilidade a idéia de que Frei Betto, engajado em ações sociais e políticas no sentido da realização do projeto social da Esquerda, deixou uma mensagem político-ideológica sobre a postura a ser adotada pelo militante da Esquerda quanto à corrupção e ao trabalho pela mudança social. Essa postura é a de se trabalhar delicada e anonimamente, ou seja, sem arrogância, sem ganância e com ética.

3.3 A relação ideológica entre *A raposa e os ovos* e *Ajardinar a esperança*

Em termos de ideologia e argumentação, *A raposa e os ovos* e *Ajardinar a esperança* se unem em significação, constituindo interdiscursos. Pode-se considerar que os dois artigos em questão, como já dito, apesar do diferente contexto sócio-histórico em que foram escritos, apresentam semelhante argumentação ideológica: ambos oferecem um posicionamento político-ideológico do sujeito-autor em momentos importantes da política brasileira, o da campanha para a eleição presidencial de 2002 e o da denúncia de corrupção no governo Lula em 2005.

Em *A raposa e os ovos*, Frei Betto parece defender para Presidente da República o candidato Lula, que, por sua origem como trabalhador, defenderia os interesses da classe considerada oprimida e até então enganada pelos representantes não do povo, mas dos detentores do poder econômico no Brasil. Essa argumentação pode ser identificada pelas

marcas lingüísticas, pelas condições de produção do texto e pelo conhecimento de mundo do leitor.

Em *Ajardinar a esperança*, a defesa de Frei Betto não é mais em favor do candidato, mas do projeto da Esquerda, pelo qual Lula, já eleito Presidente, e os integrantes de seu governo deveriam zelar, agindo com ética, segundo uma possível (re)construção de sentidos do referido artigo. Frei Betto, em *Ajardinar a esperança*, posiciona-se contra a corrupção no governo e contra os corruptos, que chama de inimigos. Pode-se dizer, então, que ele chama de inimigos os integrantes do PT que teriam cometido atos de corrupção, ainda que tenha deixado marcas lingüísticas que funcionam como atenuante de tal julgamento, ao dizer que são as vias que conduzem os passos do inimigo, e não o próprio inimigo que escolhe as vias por onde seguir.

Como o eu textual parece falar também como partícipe do grupo formado pelos companheiros de ideologia, ou seja, dos militantes do Partido dos Trabalhadores, efeito de sentido que se percebe pela alternância do uso dos pronomes na primeira pessoa do singular e do plural no texto, o leitor pode entender, por meio de tais marcas lingüísticas, que o autor está dialogando ora com quem cometeu atos de corrupção no governo do PT, chamando-o de inimigo e reprovando-lhe a atitude, ora com os demais companheiros de partido, com quem divide a esperança de ver instituído o projeto social da Esquerda. O trecho “Não vou pelas vias que conduzem os passos do inimigo. Não trilharei os caminhos sombrios, tortuosos, da corrupção, da sonegação, da falcatura e da negociata” (linhas 48, 49 e 50) parece uma mensagem do autor aos fundadores e militantes do PT, àqueles aos quais se uniu por um projeto comum, para que não sigam o caminho da corrupção a que a política pode levar aqueles que estão no poder.

Embora, nos dois textos em questão, em nenhum momento o autor cite o nome de Lula, o leitor que conhece a atuação política de Frei Betto na campanha eleitoral e no governo

do atual Presidente da República pode encaixar a figura de Lula, ainda que indiretamente, na construção dos sentidos dos referidos artigos e estabelecer uma ponte de significação entre Lula e os dois textos. Em *Ajardinar a esperança*, Frei Betto parece dialogar com os militantes do PT, inclusive com Lula, que, antes de ser Presidente da República, na condição de integrante do PT, levantava a bandeira da mudança social como projeto político para o Partido.

A raposa e os ovos e *Ajardinar a esperança* são textos que se ligam coerentemente, em termos de sentido, quanto à cronologia dos fatos políticos a que se referem e que parecem dar ensejo à argumentação do autor. Em ambos há marcas lingüísticas que podem levar o leitor a fazer uma leitura sociopolítica: em *A raposa e os ovos*, entre outras marcas, destaca-se a palavra “governar” (linha 26 do Anexo 1); em *Ajardinar a esperança*, as palavras “política” e “corrupção” (respectivamente, linhas 18 e 24 do Anexo 2).

A ditadura militar, por exemplo, está retratada lingüisticamente nos dois, conforme se pode observar: em *A raposa e os ovos*, na figura do leitão (Delfim Netto), na frase “assando um enorme bolo que, mais tarde, seria dividido e cada um receberia sua fatia” (linhas 22 e 23), paráfrase do lema de Delfim Netto como Ministro, e no verbo “exigir” (linha 21); em *Ajardinar a esperança*, nos três parágrafos – do total de onze – em que Frei Betto menciona a palavra “tortura” (linhas 27 a 43), bem como outros termos que fazem parte do mesmo campo semântico (“gritos”, “acuado”, “ameaça”, “berros estridentes”, “corpo”, “morto”, “quebrado”). O leitor pode resgatar a ditadura em sua memória e transportá-la para os referidos textos, durante a leitura, com base em sua bagagem lingüística (interdiscurso) e em seu conhecimento de mundo, associando-a às marcas já mencionadas na análise, ora pela metáfora, ora por *frame*, ora pela intertextualidade implícita.

Outra relação que se apresenta em termos de significação entre os dois textos é que se pode observar, pelas marcas lingüísticas, que ambos mostram a luta de classes existente na

sociedade. Em *A raposa e os ovos*, a luta de classes pode ser apreendida da distinção que o autor faz dos grupos formados por carneiros e galinhas, de um lado, e por raposa, gaviões, abutres e leitão, de outro. Os dois grupos se antagonizam quanto aos interesses políticos, sociais e econômicos, e isso é expresso no texto. As galinhas, que podem ser entendidas como o povo brasileiro, não tinham trabalho, nem alimento suficiente, nem moradia, conforme se vê no trecho “quão difícil era botar mais ovos se não havia ração suficiente e nem poleiro onde se encostar” (linhas 12 e 14). Por outro lado, a raposa, que o leitor pode ligar à figura de Collor ou de políticos que agem como ele, ganhou a confiança das galinhas (povo brasileiro) e, fazendo-se representante delas, adquiriu o poder político para estabelecer as regras econômicas que interfeririam na qualidade de vida dos brasileiros, principalmente os mais pobres. Aliando-se aos gaviões e abutres de outras plagas – aqueles que no discurso de Fernando Collor de Mello se encaixam como sendo os ricos, os marajás, os especuladores, os sonegadores, os corruptos –, ele usou seu poder político para roubar a riqueza do povo brasileiro, ou seja, para deixá-lo mais pobre.

O autor apresenta sua visão crítica sobre a relação que se estabelece entre o grupo das galinhas e carneiros e o da raposa, leitão, gaviões e abutres, que se caracteriza pela desigualdade social e econômica, ou seja, pela hegemonia desses últimos. A raposa, os gaviões e os abutres seriam aqueles que se enriqueceram, tomando para si a riqueza gerada pelos trabalhadores; aqueles que sempre os mantiveram sob seu poder político e econômico. Daí a advertência a carneiros e galinhas para não se deixarem governar por leitões e raposas, ou seja, o alerta para que não votem em leitões e raposas, mas sim em representantes de sua classe social, que procurarão atender suas necessidades e anseios.

Pode-se dizer que a idéia da luta de classes, em *Ajardinar a esperança*, apresenta-se lingüisticamente na menção à pobreza insolente (linha 11), aos eventos históricos “milenarismo monárquico medieval” e Revolução Francesa e ao país União Soviética (linha

22). O leitor pode fazer a ligação de sentidos entre tais menções e a luta social com base em seu conhecimento do mundo e da história da humanidade. Primeiro, se existe pobreza insolente, conforme afirma o autor, pressupõe-se que existe a condição de riqueza em contraposição. Em segundo lugar, os eventos históricos citados e a história da União Soviética se caracterizam também pela luta de classes.

Outra semelhança que se verifica nos referidos textos é quanto ao desfecho: ambos trazem no último parágrafo uma mensagem que parece resumir a argumentação político-ideológica do autor.

CONCLUSÃO

A linguagem é produzida conforme as necessidades definidas pelas relações sociais. São essas necessidades que norteiam a escolha pelos interlocutores dos recursos lingüísticos a serem empregados em determinado contexto de comunicação. O autor de um texto seleciona, consciente ou inconscientemente, entre os recursos disponíveis na linguagem, aqueles que melhor materializam lingüisticamente seu argumento, sua intenção de influenciar o outro de determinada maneira, para convencê-lo de suas idéias. E o leitor, com base em sua bagagem lingüístico-histórica, pode ser capaz de identificar essas marcas lingüísticas da argumentação, que denotam a ideologia do autor, sua ação política pela linguagem.

Não se pode, portanto, separar a linguagem da ideologia, pois esta sempre está presente naquela. A neutralidade ideológica na ação lingüística inexistente. O processo de construção e reconstrução dos sentidos de um texto permeia a ideologia: autor e leitor interagem com o texto, estabelecendo ideologicamente sentidos que podem confluir, conforme o contexto, a historicidade de cada um e a historicidade da linguagem.

O estudo de *A raposa e os ovos* e *Ajardinar a esperança* confirma a idéia de que o discurso é moldado por ideologias; que a linguagem materializa a luta social, ou seja, evidencia as relações de poder existentes na sociedade, contribuindo para reproduzir as práticas sociais ou para transformá-las.

Foi possível, por meio da análise das marcas lingüísticas deixadas nos referidos artigos e de sua relação com o contexto sócio-histórico de sua produção, verificar possíveis efeitos de sentido e fazer a leitura, (re)construindo a argumentação desses textos. Essa argumentação é intrinsecamente ideológica, já que se considera, aqui, que a linguagem é carregada de ideologias, que todo texto tem sua argumentatividade e que, quando toma a palavra,

interpelado pela ideologia, o sujeito do discurso se faz. Quando se argumenta, deseja-se, sobretudo, angariar a atenção e a adesão de alguém a algo: isso é ideológico.

Nos dois textos analisados neste trabalho, a argumentação denota a mesma base ideológica, apesar do diferente contexto sócio-histórico de produção. Pode-se considerar que Frei Betto posiciona-se ideologicamente sobre acontecimentos importantes da política nacional – a eleição presidencial de 2002 e as denúncias de corrupção no governo Lula em 2005 –, mas sempre em defesa do projeto social da Esquerda aliado à ética na política. Pôde-se chegar a essa interpretação pelo estudo dos recursos lingüístico-argumentativos encontrados nos textos, como a escolha lexical, a metáfora, a intertextualidade, a pergunta retórica, os operadores argumentativos, o gênero, o estilo.

Foi alcançado, portanto, o objetivo geral do trabalho, que era investigar, por meio das marcas lingüísticas da ideologia deixadas nos textos, como se constrói a argumentação do autor nos artigos *A raposa e os ovos* e *Ajardinar a esperança*, de Frei Betto. Quanto aos objetivos específicos, pode-se afirmar que eles também foram observados, pois as marcas lingüísticas da ideologia na argumentação foram identificadas e analisadas como elementos de retomada do leitor para reconstruir os sentidos e estabelecer a (inter)ação autor-leitor-texto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALTHUSSER, L. Ideologia e aparelhos ideológicos de estado (notas para uma investigação)
In: ŽIŽEK, S. (Org.) (1996). *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- BRANDÃO, Helena H. Nagamine. *Introdução à análise do discurso*. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.
- BETTO, Frei. *A raposa e os ovos*. Disponível em: <http://geocities.yahoo.com.br/mcros10/fb31.htm>. Acesso em: 12 abr. 2005.
- _____. *Ajardinar a esperança*. Disponível em: http://www.adital.com.br/site/noticia_imp.asp?cod=18162&lang=PT. Acesso em: 19 ago 2005.
- KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. *A inter-ação pela linguagem*. São Paulo: Contexto, 2000
- _____. *Introdução à lingüística textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Análise do discurso*. Princípios e procedimentos. 6. ed. Campinas: Pontes, 2005.
- _____. *Discurso e leitura*. São Paulo: Cortez; Campinas: Unicamp, 1996.

ANEXOS

Anexo 1: *A raposa e os ovos*, de Frei Betto.

Anexo 2: *Ajardinar a esperança*, de Frei Betto.

ANEXO 1

A raposa e os ovos

Frei Betto, 21 de junho de 2002.

Era uma vez uma raposa que jurou dar proteção às galinhas. Postou-se à porta do galinheiro e, prometendo preparar para o futuro uma omelete que alimentaria a todos, tomou para si os ovos que, por medida de segurança, estavam distribuídos por diferentes cestas. Muitas galinhas não se importaram, acreditando que também os ovos dos gaviões haviam sido seqüestrados. Deixaram-se inclusive convencer de que a raposa havia cortado as asas dos gaviões. Estes, precavidos, guardaram seus ovos em outras montanhas e, se tinham cedido algumas penas, era para que todos pensassem que haviam perdido as asas.

Galinhas que não botavam muitos ovos – e, portanto, perderam pouco nas mãos da raposa – com o tempo começaram a ter que deixar o poleiro e a receber meia ração. Mas, convencidas de que não se faz uma imensa omelete sem quebrar muitos ovos, suportavam estoicamente as longas filas para recuperar uma migalha qualquer do que haviam produzido. Aos poucos, foram descobrindo quão difícil era votar mais ovos se não havia ração suficiente e nem poleiro onde se encostar.

A raposa, entretanto, continuou assegurando que tudo corria às mil maravilhas. Claro, para ela, que se havia transformado na poderosa galinha dos ovos de ouro, estava tudo bem, sobretudo depois que ela abriu as portas do galinheiro aos abutres de outras plagas. Estes conseguiram convencê-la de que podiam modernizar o galinheiro, torná-lo mais produtivo, inclusive introduzindo galinhas mecânicas, desde que as verdadeiras galinhas fossem privadas da omelete e virassem canja para o banquete entre a raposa, os gaviões e os abutres.

Naquelas mesmas paragens, há tempos um leitão exigira o sacrifício de todos os carneiros, sob o pretexto de que se estava assando um enorme bolo que, mais tarde, seria dividido e cada um receberia sua fatia. O bolo cresceu, o leitão comeu com seus amigos e a fome grassou entre os carneiros tosquiados, que passaram a viver de esperanças.

Toda a artimanha do leitão e da raposa consistia em não permitir que carneiros e galinhas descobrissem que, unidos, podiam governar a si mesmos, livrando-se de leitões e de raposas. Pois ensina a sabedoria que sente frio aquele que entrega a lã a quem já está agasalhado e passa fome quem dá os ovos a quem sempre se fartou de omeletes.

Fonte: <http://br.geocities.com/mcrost10/fb31.htm>, Acesso em 12 abr 2005.

ANEXO 2

Ajardinar a esperança

Frei Betto, 16 de agosto de 2005.

Você pensa que eu também não tenho vontade de mandar tudo às favas? Pensa que não me invade esse sentimento de frustração, essa amargura oca, essa acidez na boca da alma? Sim, tem hora que me canso de bancar o Sísifo, de ficar carregando ladeira acima essa pesada pedra de uma esperança esburacada. Tem hora que me sinto Prometeu acorrentado, mas sem revolta, agradecido por ter as mãos atadas. E a única coisa que me passa pela cabeça é embriagar-me de alienação e ficar na varanda do apartamento contemplando silenciosamente a cidade lá embaixo, miríades cristais reluzindo impessoais, anônimos, indiferentes ao meu estupor.

É muito frustrante semear esperanças. São grãos miúdos, delicados, quase invisíveis, ora plantados no caminho acidentado, ora num coração angustiado, sempre no terreno árido da pobreza insolente. E depois vem o árduo trabalho de regar todos os dias, ver emergir o primeiro broto, um fiasco de verde aflorando sobre a terra negra, e a gente é tomado por esse sentimento feminino do querer cuidar e começa então a acreditar que a primavera existe.

A esperança é um pássaro em vôo permanente. Segue adiante e acima de nossos olhos, flutua sob o céu azul, não se lhe opõe nenhuma barreira. É assim em tudo aquilo que se nutre de esperança: o amor, a educação de um filho, o sonho de um mundo melhor.

A política sempre foi alvo predileto da esperança, desde os tempos bíblicos. No Antigo Testamento, aparece no passado (Jardim do Éden), no futuro (a Terra Prometida) e no presente (a confiança nas promessas de Javé). Os profetas sabiam ajardinar a esperança.

A esperança política é uma fênix. Sempre a renascer das cinzas. Foi assim no milenarismo monárquico medieval, na Revolução Francesa, na União Soviética. Foi assim também com Tancredo Neves, visto como um novo Moisés que também não pisou a Terra Prometida. Agora as denúncias de corrupção fazem o pássaro cessar o vôo em pleno ar. Ele não pousa. Fica lá em cima empalhado por nossas miragens utópicas, enquanto uma dor dilacera-nos por dentro.

Então minha memória resgata o horror. Primeiro, os gritos. A pele toda se arrepia. Se eu fosse surdo, veria apenas o rosto esgarçado numa máscara de terror. Mas meus ouvidos se entopem dos berros estridentes. O corpo eriça-se. Não sou eu, nem a minha razão que o comanda. É o instinto animal, primevo, que vem lá de baixo da escala zoológica e agora se manifesta nessa reação de bicho acuado por uma ameaça próxima. Não há saída. Da sala de tortura, saio morto ou quebrado. A outra alternativa é mais assombrosa. A de sair irremediavelmente sonogado em minha identidade, mercadejando a informação em troca de uma sobrevivência indigna.

Ele abaixa o tom de voz e tenta vencer-me pelo aliciamento. Diz pausadamente que não tenho escapatória. E devo contar com a sua compreensão. Mas a sua paciência tem limites... tem limites... até que meu silêncio detona a explosão. Nele a fera racional irrompe em gestos calculados e começa a tortura.

Mas essa não é a única modalidade de tortura. Há outras, tão ou mais terríveis, porque escarafuncham a alma, ferem fundo o espírito, arrancam o que o coração guarda, deixando-o miseravelmente vazio. É a dor de ver um projeto adulterado pela ambição desmedida, a sede

de poder, o pragmatismo inescrupuloso, essa esperteza tão pusilânime que acaba por engolir o esperto, como a cobra morde o próprio rabo.

Um sonho se tece de mil fios delicados, até que um dia a imagem se transporta da mente à realidade. Talvez não se saiba aonde exatamente se pretende chegar. É como no amor, os sentimentos criam vínculos sem que se saiba ou se possa adivinhar o porvir. Sabe-se contudo por onde não ir. Como no poema de José Régio, “não sei por onde vou,/ não sei para onde vou, / sei que não vou por aí!” Não vou pelas vias que conduzem os passos do inimigo. Não trilharei os caminhos sombrios, tortuosos, da corrupção, da sonegação, da falcatrua e da negociata.

Um corrupto é o resultado de pequenas infidelidades. Ele não se faz senão através de detalhes que se lhe acumulam na alma: levar vantagem num negócio, apropriar-se de um bem aparentemente insignificante, trair a confiança alheia. Não é o dinheiro que destrói a sua moral. É a ganância, a arrogância, a convicção de que é mais esperto que os demais.

Não há ética sem humildade, saber ser do tamanho que se é, nem maior nem menor do que ninguém. E sustentar a esperança na certeza de que só haverá colheita se desde agora se cuidar, delicada e anonimamente, da sementeira.

Fonte: http://www.adital.com.br/site/noticia_imp.asp?cod=18162&lang=PT. Acesso em: 19 ago 2005.